



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

Segunda-feira, 2 de Fevereiro de 2009

Número 22

## ÍNDICE

### Presidência da República

#### Decreto do Presidente da República n.º 4/2009:

Nomeia o ministro plenipotenciário de 1.ª classe Caetano Luís Pequito de Almeida Sampaio como Embaixador de Portugal no Montenegro . . . . . 763

#### Decreto do Presidente da República n.º 5/2009:

Ratifica o Acordo entre a Irlanda, o Reino dos Países Baixos, o Reino de Espanha, a República Italiana, a República Portuguesa, a República Francesa e o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte Que Estabelece Um Centro de Análise e Operações Marítimas — Narcóticos, adoptado em Lisboa em 30 de Setembro de 2007 . . . . . 763

#### Decreto do Presidente da República n.º 6/2009:

Nomeia o ministro plenipotenciário de 1.ª classe João José Gomes Caetano da Silva como Embaixador de Portugal no Suriname . . . . . 763

#### Declaração de Rectificação n.º 7/2009:

De ter sido rectificado o Decreto do Presidente da República n.º 3-A/2009, de 28 de Janeiro . . . . . 763

#### Declaração de Rectificação n.º 8/2009:

De ter sido rectificado o sumário e o Decreto do Presidente da República n.º 3-B/2009, de 28 de Janeiro . . . . . 763

### Assembleia da República

#### Resolução da Assembleia da República n.º 2/2009:

Aprova o Acordo entre a Irlanda, o Reino dos Países Baixos, o Reino de Espanha, a República Italiana, a República Portuguesa, a República Francesa e o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte Que Estabelece Um Centro de Análise e Operações Marítimas — Narcóticos, adoptado em Lisboa em 30 de Setembro de 2007 . . . . . 763

### Ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Finanças e da Administração Pública

#### Portaria n.º 133/2009:

Aprova o Regulamento de Gestão e Funcionamento do Fundo da Língua Portuguesa. . . . . 784

**Ministérios das Finanças e da Administração Pública, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

**Portaria n.º 134/2009:**

Fixa o valor da isenção do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) para o biocombustível substituto do gasóleo ..... 785

**Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas**

**Decreto-Lei n.º 29/2009:**

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 62/2008, de 31 de Março, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/39/CE, da Comissão, de 6 de Março, que altera a Directiva n.º 2002/72/CE, relativa aos materiais e objectos de matéria plástica destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios ..... 786

**Portaria n.º 135/2009:**

Estabelece medidas adicionais temporárias de protecção fitossanitária relativamente à importação de batata de consumo originária do Egipto ..... 802

**Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

**Portaria n.º 136/2009:**

Adita a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal e respectivas vagas ao anexo da Portaria n.º 1383/2008, de 2 de Dezembro (fixa as vagas para a candidatura à matrícula e inscrição, no ano lectivo de 2008-2009, nos cursos de complemento de formação em Enfermagem ministrados em estabelecimentos de ensino superior público) ..... 803

**Portaria n.º 137/2009:**

Cria o curso de pós-licenciatura de especialização em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria na Escola Superior de Enfermagem São João de Deus da Universidade de Évora e aprova o respectivo plano de estudos ..... 803



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA****Decreto do Presidente da República n.º 4/2009****de 2 de Fevereiro**

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *a*), da Constituição, o seguinte:

É nomeado, sob proposta do Governo, o ministro plenipotenciário de 1.ª classe Caetano Luís Pequito de Almeida Sampaio como Embaixador de Portugal no Montenegro.

Assinado em 29 de Dezembro de 2008.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 27 de Janeiro de 2009.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

**Decreto do Presidente da República n.º 5/2009****de 2 de Fevereiro**

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *b*), da Constituição, o seguinte:

É ratificado o Acordo entre a Irlanda, o Reino dos Países Baixos, o Reino de Espanha, a República Italiana, a República Portuguesa, a República Francesa e o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte Que Estabelece Um Centro de Análise e Operações Marítimas — Narcóticos, adoptado em Lisboa em 30 de Setembro de 2007, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 2/2009, em 5 de Dezembro de 2008.

Assinado em 30 de Dezembro de 2008.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 27 de Janeiro de 2009.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

**Decreto do Presidente da República n.º 6/2009****de 2 de Fevereiro**

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *a*), da Constituição, o seguinte:

É nomeado, sob proposta do Governo, o ministro plenipotenciário de 1.ª classe João José Gomes Caetano da Silva como Embaixador de Portugal no Suriname.

Assinado em 23 de Janeiro de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 27 de Janeiro de 2009.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

**Declaração de Rectificação n.º 7/2009**

Por ter sido publicado com inexactidão no suplemento ao *Diário da República*, 1.ª série, n.º 19, de 28 de Janeiro de 2009, o Decreto do Presidente da República n.º 3-A/2009, de 28 de Janeiro, rectifica-se que onde se lê «o embaixador António Victor Martins Monteiro do cargo Embaixador de Portugal em Paris» deve ler-se «o embaixador António Victor Martins Monteiro do cargo de Embaixador de Portugal em Paris».

Secretaria-Geral da Presidência da República, 28 de Janeiro de 2009. — Pelo Secretário-Geral, a Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Graça Ferreira*.

**Declaração de Rectificação n.º 8/2009**

Por ter sido publicado com inexactidão no suplemento ao *Diário da República*, 1.ª série, n.º 19, de 28 de Janeiro de 2009, o Decreto do Presidente da República n.º 3-B/2009, de 28 de Janeiro, rectifica-se que, no sumário e no texto, onde se lê «Francisco Manuel Seixas da Costa para o cargo Embaixador de Portugal em Paris» deve ler-se «Francisco Manuel Seixas da Costa para o cargo de Embaixador de Portugal em Paris».

Secretaria-Geral da Presidência da República, 28 de Janeiro de 2009. — Pelo Secretário-Geral, a Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Graça Ferreira*.

**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA****Resolução da Assembleia da República n.º 2/2009**

**Aprova o Acordo entre a Irlanda, o Reino dos Países Baixos, o Reino de Espanha, a República Italiana, a República Portuguesa, a República Francesa e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte Que Estabelece Um Centro de Análise e Operações Marítimas — Narcóticos, adoptado em Lisboa em 30 de Setembro de 2007.**

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea *i*) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar o Acordo entre a Irlanda, o Reino dos Países Baixos, o Reino de Espanha, a República Italiana, a República Portuguesa, a República Francesa e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte Que Estabelece Um Centro de Análise e Operações Marítimas — Narcóticos, adoptado em Lisboa em 30 de Setembro de 2007, cujo texto, nas versões autenticadas nas línguas holandesa, inglesa, francesa, italiana, portuguesa e espanhola, se publica em anexo.

Aprovada em 5 de Dezembro de 2008.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

**VERDRAG TUSSEN IERLAND, HET KONINKRIJK DER NEDERLANDEN, HET KONINKRIJK SPANJE, DE ITALIAANSE REPUBLIEK, DE PORTUGESE REPUBLIEK, DE FRANSE REPUBLIEK EN HET VERENIGD KONINKRIJK VAN GROOT-BRITANNIË EN NOORD-IERLAND TOT OPRICHTING VAN EEN MARITIEM ANALYSE- EN OPERATIECENTRUM OP HET GEBIED VAN VERDOVENDE MIDDELEN.**

De Partijen bij dit Verdrag:

Overwegend dat uit onderzoek naar ingevoerde verdovende middelen, in het bijzonder vanuit Zuid-Amerika in

West-Europa ingevoerde cocaïne, is gebleken dat steeds meer verdovende middelen over zee en door de lucht over de Atlantische Oceaan worden gesmokkeld naar Europa en de westkust van Afrika;

Bezorgd over de moeilijkheden die men ondervindt bij het tijdig verkrijgen van informatie voor actie op zowel internationaal als Europees niveau op dit gebied, waardoor nog meer problemen ontstaan bij de bestrijding van de smokkel van verdovende middelen over zee in de internationale wateren en via het internationale luchtruim;

Gelet op het uitgesproken internationale karakter van de smokkel van verdovende middelen waarbij criminele organisaties betrokken zijn die actief zijn in verschillende landen en schepen inzetten met uiteenlopende registraties en bemanningen van verschillende nationaliteiten;

Overwegend dat veel landen niet beschikken over voldoende middelen voor surveillance en wetshandhaving op zee en in de lucht om de smokkel van verdovende middelen over zee zelfstandig te beletten en dat er technische en juridische problemen zijn met op wetshandhaving gerichte interventies op zee;

Gelet op het initiatief inzake cocaïne van de Comprehensive Operational Strategic Planning for the Police (CTF COSPOL);

Voorts gelet op de inventarisatie van Europol van de dreiging die uitgaat van de georganiseerde misdaad (European Organised Crime Threat Assessment — OCTA), waarin de bestrijding van de cocaïnesmokkel als prioriteit voor de wetshandhaving wordt aangemerkt en een regionale aanpak voor de bestrijding van de internationale georganiseerde misdaad wordt aanbevolen;

Gelet op het EU Drugs Actieplan 2005-2012, bekrachtigd door de Europese Raad van 16 en 17 december 2004;

Opnieuw de bestaande maatregelen bevestigend die voorzien zijn in het Enkelvoudig Verdrag inzake verdovende middelen, op 30 maart 1961 te New York aangenomen, als gewijzigd bij het op 25 maart 1972 te Genève aangenomen Protocol en het op 8 augustus 1975 te New York aangenomen Protocol; het Verdrag inzake psychotrope stoffen, op 21 februari 1971 te Wenen aangenomen; het Verdrag van de Verenigde Naties tegen de sluikhandel in verdovende middelen en psychotrope stoffen, op 20 december 1988 te Wenen aangenomen; het Verdrag van de Raad van Europa inzake sluikhandel over zee, ter implementatie van artikel 17 van het Verdrag van de Verenigde Naties tegen de sluikhandel in verdovende middelen en psychotrope stoffen 1988, op 31 januari 1995 te Straatsburg aangenomen; het Verdrag van de Verenigde Naties inzake het recht van de zee, op 10 december 1982 te Montego Bay aangenomen; de Europol-Overeenkomst van 26 juli 1995; het internationale gewoonterecht van de zee en andere relevante internationale juridische instrumenten;

Indachtig de samenwerking tussen de EU-lidstaten en andere staten ter bestrijding van de smokkel van verdovende middelen over zee en door de lucht via de Atlantische Oceaan en de waardevolle inspanningen van de Joint Interagency Task Force (JIATF) South;

Samenwerkend aan een regionaal initiatief dat wordt aangeduid als het MAOC-N (Maritiem Analyse- en Operatiecentrum op het gebied van verdovende middelen);

En optredend in overeenstemming met de onderscheiden nationale wetgeving en procedures van de Partijen;

komen als volgt overeen:

## HOOFDSTUK I

### Algemene bepalingen

#### Artikel 1

##### Doelstelling

1 — Het Maritiem Analyse- en Operatiecentrum op het gebied van verdovende middelen, hierna te noemen «het Centrum», wordt bij dezen in overeenstemming met dit Verdrag door de Partijen opgericht.

2 — Alle Partijen worden lid van het Centrum. Het Centrum voorziet in een basis voor de betrokkenheid van de Partijen bij multilaterale samenwerking op het gebied van de bestrijding van de smokkel van verdovende middelen over zee en door de lucht.

#### Artikel 2

##### Reikwijdte

1 — De Partijen werken via het Centrum samen bij de bestrijding van de smokkel van verdovende middelen over zee en door de lucht over de Atlantische Oceaan naar Europa en de westkust van Afrika, met de mogelijkheid de operaties uit te breiden naar onder andere het westelijk deel van het Middellandse-Zeegebied, hierna te noemen het «operatiegebied».

2 — Via het Centrum zullen de Partijen:

a) Informatie verzamelen en analyseren die van nut is om vast te stellen wat de beste operationele resultaten zijn in het licht van de smokkel van verdovende middelen over zee en door de lucht in het operatiegebied;

b) De inlichtingen helpen verbeteren door onderling en op de geëigende wijze met Europol informatie uit te wisselen;

c) Zich inspannen om de beschikbaarheid van middelen te verzekeren die, waar mogelijk, vooraf worden gemeld, teneinde onderscheppingsoperaties te vereenvoudigen ter bestrijding van de smokkel van verdovende middelen over zee en door de lucht.

#### Artikel 3

##### Rechtspersoonlijkheid

Het Centrum heeft rechtspersoonlijkheid op het grondgebied van elk van de Partijen, met inbegrip van de bevoegdheid contracten af te sluiten en roerende en onroerende goederen te verwerven en te vervreemden.

#### Artikel 4

##### Zetel

Het Centrum wordt gevestigd in Lissabon, Portugal, hierna te noemen «de Gastheerstaat».

#### Artikel 5

##### Waarnemers

1 — Elke Staat of internationale organisatie met dezelfde doelstellingen als de Partijen wat betreft de bestrijding van de smokkel van verdovende middelen over zee en door de lucht kan bij besluit van de Uitvoerende Raad en

onder door de Raad vast te stellen voorwaarden worden uitgenodigd waarnemer te worden.

2 — Op de uitwisseling van persoonsgegevens en andere informatie met waarnemers is artikel 6 van toepassing en deze uitwisseling dient beperkt te blijven tot hetgeen strikt noodzakelijk is voor hun medewerking aan de activiteiten van het Centrum.

#### Artikel 6

##### Bescherming van persoonsgegevens en andere informatie die door de Partijen is verstrekt

1 — Persoonsgegevens en andere informatie die door de Partijen is verstrekt, worden verwerkt en beschermd in overeenstemming met de nationale wetgeving van de Partijen, het EU-recht en het internationale recht dat bindend is voor de Partijen, met inbegrip van het Verdrag van de Raad van Europa tot bescherming van personen met betrekking tot de geautomatiseerde verwerking van persoonsgegevens, op 28 januari 1981 aangenomen te Straatsburg.

2 — Persoonsgegevens en andere informatie die door de Partijen is verstrekt, worden niet doorgegeven aan derde Staten of andere entiteiten zonder de voorafgaande toestemming van de verschaffer van de informatie en mogen niet worden gebruikt voor doelen anders dan waarvoor ze oorspronkelijk waren doorgegeven.

### HOOFDSTUK II

#### Organisatie en functioneren van het Centrum

##### Artikel 7

###### Structuur

Het Centrum zal bestaan uit een Uitvoerende Raad, een directeur, verbindingsofficieren en personeel.

##### Artikel 8

###### Uitvoerende Raad

1 — De Uitvoerende Raad zal bestaan uit een hoge vertegenwoordiger van elke Partij, die niet zal optreden als verbindingsofficier bij het Centrum.

2 — De Uitvoerende Raad zal ten minste twee maal per jaar bijeenkomen.

3 — De door de Uitvoerende Raad te vervullen taken omvatten:

- a) Het ontwikkelen van de strategie van het Centrum;
- b) Het uitnodigen en toelaten van waarnemers met inbegrip van het vaststellen van de voorwaarden voor toelating;
- c) Het instellen van comités, waar nodig;
- d) Het aannemen van het procedurehandboek en het goedkeuren van eventuele volgende wijzigingen;
- e) Het goedkeuren van de jaarlijkse begroting;
- f) Het goedkeuren van het jaarverslag;
- g) Het benoemen van de directeur van het Centrum.

4 — De Uitvoerende Raad kiest zijn voorzitter voor een termijn van een jaar; het voorzitterschap zal jaarlijks rouleren.

5 — Alle besluiten van de Uitvoerende Raad worden met eenparigheid van stemmen van de Partijen genomen.

#### Artikel 9

##### Directeur van het Centrum

1 — De Uitvoerende Raad benoemt de directeur van het Centrum uit een van de Partijen voor een termijn van twee jaar, die eenmaal met ten hoogste twee jaar kan worden verlengd.

2 — De directeur verricht de volgende taken:

- a) Het leidinggeven aan de werkzaamheden van het Centrum;
- b) Het Centrum extern vertegenwoordigen;
- c) Het zonder stemrecht bijwonen van de vergaderingen van de Uitvoerende Raad;
- d) Het opstellen van het conceptjaarverslag waarin de activiteiten van het Centrum worden beschreven;
- e) Het indienen van de jaarlijkse begroting van het Centrum en er rekenschap voor afleggen;
- f) Het uitvoeren van de besluiten van de Uitvoerende Raad.

3 — De Gastheerstaat waarborgt de noodzakelijke bescherming en ondersteuning van de directeur.

#### Artikel 10

##### Verbindingsofficieren

1 — De Partijen plaatsen verbindingsofficieren bij het Centrum.

2 — De verbindingsofficieren hebben toegang tot de uitrusting, persoonsgegevens en gegevensbestanden van het Centrum.

3 — De verbindingsofficieren verrichten hun werkzaamheden in overeenstemming met het procedurehandboek, voorzien in artikel 12, onderdeel b.

4 — De Gastheerstaat waarborgt de noodzakelijke bescherming en ondersteuning van de verbindingsofficieren die bij het Centrum zijn geplaatst.

#### Artikel 11

##### Personeel

1 — De directeur van het Centrum kan, met toestemming van de Uitvoerende Raad, personeel aanstellen voor het uitvoeren van administratieve, technische of onderhoudstaken in het Centrum.

2 — Dit personeel neemt geen deel aan de operationele taken van het Centrum.

#### Artikel 12

##### Procedures

Het uit hoofde van artikel 8, derde lid, onderdeel d, door de Uitvoerende Raad aan te nemen procedurehandboek omvat het volgende:

- a) Operationele procedures van het Centrum;
- b) Rollen en verantwoordelijkheden van de verbindingsofficieren;
- c) Protocollen voor de uitwisseling en verwerking van informatie, met inbegrip van de bescherming ervan;
- d) Aanvullende informatie over de taken van de Uitvoerende Raad;
- e) Taken van elk comité dat uit hoofde van dit Verdrag wordt ingesteld;
- f) Procedures voor de planning en coördinatie van operaties;

- g) Regelingen voor kennisgevingen voor de vergaderingen van de Uitvoerende Raad;
- h) Budgettaire regelingen en de verslaglegging inzake uitgaven aan de Uitvoerende Raad; en
- i) Overige aspecten van de taken van het Centrum.

### Artikel 13

#### Operationele en tactische beslissingen

Elke Partij is verantwoordelijk voor operationele en tactische beslissingen en elke beslissing dient te stroken met de grondbeginselen en regels van het internationaal recht, alsmede met hun onderscheiden nationale wetten en procedures.

### Artikel 14

#### Toepasselijk recht

Op het dagelijks functioneren van het Centrum is het recht van de Gastheerstaat van toepassing.

### Artikel 15

#### Kosten

1 — De kosten die betrekking hebben op het budget van het Centrum, met uitzondering van de kosten van de verbindingsofficieren, worden gelijkelijk voldaan en gedragen door de Partijen bij dit Verdrag.

2 — Deelname aan operaties door een Partij geschiedt vrijwillig. Partijen die deelnemen aan een dergelijke operatie dragen hun eigen kosten.

3 — Aanvullende financiering voor het functioneren en beheren van het Centrum kan worden gevraagd van bronnen binnen de Europese Unie of elders.

### Artikel 16

#### Samenwerking met andere entiteiten

Onder strategische aanwijzingen van de Uitvoerende Raad kan het Centrum samenwerken met andere entiteiten die dezelfde doelstellingen nastreven wat betreft de bestrijding van de smokkel van verdovende middelen over zee en door de lucht.

### Artikel 17

#### Evaluatie

Twee jaar na de inwerkingtreding van dit Verdrag wordt het functioneren van het Centrum geëvalueerd door een comité waarin één vertegenwoordiger van elke Partij zitting heeft.

## HOOFDSTUK III

### Slotbepalingen

### Artikel 18

#### Internationale verplichtingen

Niets in dit Verdrag mag worden uitgelegd als onverenigbaar met bestaande internationale verplichtingen vervat in andere internationale overeenkomsten die de Partijen binden.

### Artikel 19

#### Beslechting van geschillen

Geschillen die voortvloeien uit de uitlegging of toepassing van dit Verdrag worden in overleg of langs een andere

door de Partijen overeen te komen wijze van beslechting geregeld.

### Artikel 20

#### Depositaris

De Regering van de Portugese Republiek treedt op als depositaris van dit Verdrag.

### Artikel 21

#### Inwerkingtreding

1 — Dit Verdrag staat open voor ondertekening door Ierland, het Koninkrijk der Nederlanden, het Koninkrijk Spanje, de Italiaanse Republiek, de Portugese Republiek, de Franse Republiek en het Verenigd Koninkrijk van Groot-Brittannië en Noord-Ierland.

2 — De Staten die dit Verdrag hebben ondertekend stellen de depositaris er schriftelijk en langs diplomatieke weg van in kennis dat aan hun nationale constitutionele vereisten is voldaan en geven daarmee blijk van hun instemming door dit Verdrag te worden gebonden.

3 — Dit Verdrag treedt in werking zestig dagen na de datum waarop de derde kennisgeving, bedoeld in het tweede lid van dit artikel, is gedeponereerd.

4 — Voor de overige ondertekenende Staten treedt dit Verdrag in werking zestig dagen na de datum waarop de kennisgeving, bedoeld in het tweede lid van dit artikel, is gedeponereerd.

### Artikel 22

#### Toetreding

1 — Na de inwerkingtreding staat dit Verdrag open voor toetreding door elke Staat die met eenparigheid van stemmen van de Partijen is uitgenodigd toe te treden.

2 — Dit Verdrag treedt voor de toetredende Staat in werking zestig dagen na de datum van de nederlegging van de desbetreffende akte van toetreding.

### Artikel 23

#### Wijzigingen

1 — Dit Verdrag kan met onderlinge schriftelijke toestemming van alle Partijen worden gewijzigd.

2 — De wijzigingen treden in werking zestig dagen na de datum waarop alle Partijen er schriftelijk en langs diplomatieke weg kennis van hebben gegeven dat aan hun nationale vereisten is voldaan.

### Artikel 24

#### Voorlopige toepassing

Elke Staat kan bij de ondertekening van het Verdrag verklaren de bepalingen van het Verdrag voorlopig toe te zullen passen in afwachting van de inwerkingtreding ervan voor die Staat.

### Artikel 25

#### Beëindiging en opzegging

1 — Dit Verdrag kan te allen tijde in wederzijds overleg tussen de Partijen worden beëindigd waarbij zij overeenkomen op welke datum de bepalingen van het Verdrag ophouden van kracht te zijn.

2 — Zodra het Verdrag twee jaar van kracht is, kan elke Partij het langs diplomatieke weg opzeggen door middel

van een kennisgeving, schriftelijk en langs diplomatieke weg, aan de depositaris. De opzegging wordt van kracht zes maanden nadat de depositaris de desbetreffende kennisgeving heeft ontvangen. De depositaris stelt de Partijen in kennis van dergelijke kennisgevingen.

3 — In het geval van opzegging door een Partij draagt die Partij haar aandeel in de kosten die ontstaan totdat de opzegging van kracht wordt.

4 — Dit Verdrag houdt op van kracht te zijn zodra het aantal Partijen lager wordt dan drie.

5 — Niettegenstaande beëindiging of opzegging blijven alle informatie en gegevens die uit hoofde van dit Verdrag zijn doorgegeven onverminderd beschermd overeenkomstig de in dit Verdrag vervatte bepalingen.

#### Artikel 26

##### Registratie

Dit Verdrag wordt na zijn inwerkingtreding door de depositaris aan het Secretariaat van de Verenigde Naties toegezonden ter registratie overeenkomstig artikel 102 van het Handvest van de Verenigde Naties.

Gedaan te Lissabon op 30 september 2007, in de Nederlandse, de Engelse, de Franse, de Italiaanse, de Portugese en de Spaanse taal, zijnde alle teksten gelijkelijk authentiek.

Voor Ireland:

*Brian Lenihan T. D.*, Minister van Justitie, Gelijkheid en Wetschervorming.

Voor het Koninkrijk der Nederlanden:

*Ernst M. H. Hirsch Ballin*, Minister van Justitie.

Voor het Koninkrijk Spanje:

*Alfredo Pérez Rubalcaba*, Minister van Binnenlandse Zaken.

Voor de Italiaanse Republiek:

*Giuliano Amato*, Minister van Binnenlandse Zaken.

Voor de Portugese Republiek:

*Alberto Costa*, Minister van Justitie.

Voor de Franse Republiek:

*Michèle Alliot-Marie*, Minister van Binnenlandse Zaken, Overzeese Gebiedsdelen en Territoriale Gemeenschappen.

Voor het Verenigd Koninkrijk van Groot-Britannië en Noord-Ierland:

*Vernon Coaker*, Staatssecretaris voor Criminaliteitsvermindering, Ministerie van Binnenlandse Zaken.

**AGREEMENT BETWEEN IRELAND, THE KINGDOM OF THE NETHERLANDS, THE KINGDOM OF SPAIN, THE ITALIAN REPUBLIC, THE PORTUGUESE REPUBLIC, THE FRENCH REPUBLIC, AND THE UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND ESTABLISHING A MARITIME ANALYSIS AND OPERATIONS CENTRE — NARCOTICS.**

The Parties to this Agreement:

Considering that the analysis of drug imports, in particular cocaine imports from South America into Western Europe has shown an increase in illicit drug trafficking

by sea and air across the Atlantic to Europe and the West African Seaboard;

Concerned about the difficulty in obtaining timely information for actions in this field, at both an international and European level, which creates additional difficulties in suppressing illicit drug trafficking by sea in international waters and by air in international airspace;

Noting the marked international nature of this illicit drug trafficking involving criminal organizations operating in several countries, employing ships with different registrations and crews of different nationalities;

Considering that many countries do not have sufficient air and sea surveillance and law enforcement assets to carry out alone the interdiction of illicit drug trafficking by sea, and that there are technical and legal difficulties with maritime interdictions;

Taking into account the Comprehensive Operational Strategic Planning for the Police (PCTF COSPOL) initiative on cocaine;

Taking further into account the European Organised Crime Threat Assessment (OCTA) by Europol, which has identified the fight against cocaine trafficking as a priority for law enforcement and encourages the regional approach towards the fight against international organised crime;

Having regard for the EU Drugs Strategy 2005-2012, endorsed by the European Council of 16 and 17 December 2004;

Re-affirming the existing measures provided for in the United Nations Single Convention on Narcotic Drugs, adopted in New York on 30 March 1961, as amended by the Protocol adopted in Geneva on 25 March 1972 and the Protocol adopted in New York on 8 August 1975; the Convention on Psychotropic Substances, adopted in Vienna on 21 February 1971; the United Nations Convention Against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances, adopted in Vienna on 20 December 1988; the Council of Europe Agreement on Illicit Traffic by Sea, implementing Article 17 of the United Nations Convention against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances 1988, adopted in Strasburg on 31 January 1995; the United Nations Convention of the Law of the Sea, adopted in Montego Bay on 10 December 1982; the Europol Convention of 26 July 1995; customary rules of the international law of the sea; and other relevant international legal instruments;

Bearing in mind the co-operation between EU member-states and non EU states against drug trafficking by sea and by air in the Atlantic Ocean and the valuable action of the Joint Interagency Task Force (JIATF) South;

Working together in a regional initiative referred to as the Maritime Analysis and Operations Centre — Narcotics;

And acting in accordance with the respective national law and procedures of the Parties;

agree as follows:

## CHAPTER I

### General provisions

#### Article 1

##### Object

1 — The Maritime Analysis and Operations Centre — Narcotics, hereinafter referred to as the «Centre»,

is hereby established by the Parties in accordance with this Agreement.

2 — All Parties shall be members of the Centre. The Centre shall provide a basis for the Parties' engagement in multilateral co-operation in the field of suppression of illicit drug trafficking by sea and by air.

## Article 2

### Scope

1 — The Parties shall co-operate through the Centre in the suppression of illicit drug trafficking by sea and by air across the Atlantic towards Europe and the West African Seaboard, with the possibility of extending its operations, inter alia, into the Western Mediterranean basin, hereinafter referred to as the «operational area».

2 — The Parties, through the Centre, shall:

*a)* Collect and analyse information to assist in determining best operational outcomes in relation to illicit drug trafficking by sea and by air in the operational area;

*b)* Enhance intelligence through information exchange among themselves and, in the appropriate manner, with Europol;

*c)* Endeavour to ascertain the availability of their assets which, where possible, shall be notified in advance, in order to facilitate interdiction operations to suppress illicit drug trafficking by sea and by air.

## Article 3

### Legal status

The Centre shall enjoy legal personality in the territory of each of the Parties, including the capacity to contract, to acquire and to dispose of movable and immovable property.

## Article 4

### Location

The Centre shall be located in Lisbon, Portugal, hereinafter referred to as the «Host State».

## Article 5

### Observers

1 — Any State or International Organization sharing the same objectives as the Parties in the suppression of illicit drug trafficking by sea and by air may be invited to become an observer, by decision of the Executive Board, under the conditions determined by the Board.

2 — The exchange of personal data and other information with the observer shall be governed by Article 6 and shall be limited to that strictly necessary for his cooperation in the activity of the Centre.

## Article 6

### Protection of Personal Data and Other Information Provided by the Parties

1 — The processing and protection of personal data and other information provided by the Parties shall be carried out in accordance with national laws of the Parties, EU law and international law binding on the Parties, including the Council of Europe Convention for the Protection of Indi-

viduals with regard to Automatic Processing of Personal Data, adopted in Strasbourg on 28 January 1981.

2 — Personal data and other information provided by the Parties shall not be transmitted to third States or any other entity without the prior consent of the provider of the information and may not be used for purposes other than those for which they were initially transmitted.

## CHAPTER II

### Organisation and operation of the Centre

## Article 7

### Structure

The Centre shall be composed of an Executive Board, a Director, liaison officers and staff.

## Article 8

### Executive Board

1 — The Executive Board shall be composed of a senior representative from each Party, who shall not be a liaison officer at the Centre.

2 — The Executive Board shall meet at least twice a year.

3 — The functions performed by the Executive Board shall include:

- a)* Development of the Centre's strategic direction;
- b)* Invitation and admission of observers, including the determination of conditions of admission;
- c)* Establishment of committees, as necessary;
- d)* Adoption of the Procedure Handbook and the approval of any subsequent amendments;
- e)* Approval of the annual budget;
- f)* Approval of the annual report;
- g)* Appointment of the Director of the Centre.

4 — The Executive Board shall elect its chairman for a one year term, to be rotated annually.

5 — All decisions of the Executive Board shall be made by unanimous agreement of the Parties.

## Article 9

### Director of the Centre

1 — The Director of the Centre shall be appointed by the Executive Board from among the Parties for a two year term, which may be extended for a further term, not exceeding two years.

2 — The Director shall have the following functions:

- a)* To manage the work of the Centre;
- b)* To represent the Centre externally;
- c)* To attend Executive Board meetings, without voting rights;
- d)* To draft the annual report detailing the activities of the Centre;
- e)* To submit the annual budget of the Centre and account for it;
- f)* To implement decisions of the Executive Board.

3 — The Host State shall ensure the necessary protection of and assistance to the Director.



## Article 10

**Liaison officers**

- 1 — The Parties shall assign liaison officers to the Centre.  
 2 — Liaison officers shall have access to the equipment, personal data and databases of the Centre.  
 3 — Liaison officers shall work in accordance with the Procedure Handbook, as provided for in article 12, *b*).  
 4 — The Host State shall ensure the necessary protection of and assistance to the liaison officers assigned to the Centre.

## Article 11

**Staff**

- 1 — The Director of the Centre may, with the agreement of the Executive Board, engage staff to perform administrative, technical or maintenance tasks at the Centre.  
 2 — Such staff shall not take part in the operational functions of the Centre.

## Article 12

**Procedures**

The Procedure Handbook to be adopted by the Executive Board under article 8 (3), *d*), shall include the following:

- a*) Operation procedures of the Centre;  
*b*) Roles and responsibilities of liaison officers;  
*c*) Protocols for information exchange and processing, including its protection;  
*d*) Additional information on the functions of the Executive Board;  
*e*) Functions of every committee, established under this Agreement;  
*f*) Procedures for planning and co-ordinating operations;  
*g*) Notification arrangements for Executive Board meetings;  
*h*) Budgetary arrangements and reporting of expenditure to the Executive Board; and  
*i*) Any other aspects of the Centre's functions.

## Article 13

**Operational and tactical decisions**

The responsibility for operational and tactical decisions rests with each Party, and each such decision shall comply with the principles and rules of International Law, as well as their respective national laws and procedures.

## Article 14

**Applicable law**

The daily functioning of the Centre shall be subject to the law of the Host State.

## Article 15

**Costs**

- 1 — The costs related to the budget of the Centre, excluding liaison officers costs, shall be funded and borne equally by the Parties to this Agreement.  
 2 — Participation in any operation by a Party shall be voluntary. Parties participating in such an operation shall bear their own costs.

3 — Additional funding for the operation and administration of the Centre may be sought from sources within the European Union or elsewhere.

## Article 16

**Co-operation with other entities**

Subject to the strategic direction of the Executive Board, the Centre may co-operate with other entities which share its objectives in suppressing illegal drug trafficking by sea and by air.

## Article 17

**Evaluation**

The functioning of the Centre shall be evaluated two years after the entry into force of this Agreement by a committee composed of one representative designated by each of the Parties.

## CHAPTER III

**Final provisions**

## Article 18

**International obligations**

Nothing in this Agreement shall be considered as incompatible with any existing international obligations contained in other international agreements binding on the Parties.

## Article 19

**Settlement of disputes**

All disputes arising out of the interpretation or application of this Agreement shall be settled by negotiation or by any other means of settlement agreed by the Parties.

## Article 20

**Depositary**

The Government of the Portuguese Republic shall be the depositary of this Agreement.

## Article 21

**Entry into force**

1 — This agreement shall be open for signature by Ireland, the Kingdom of the Netherlands, the Kingdom of Spain, the Italian Republic, the Portuguese Republic, the French Republic and the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.

2 — The States that have signed this agreement shall notify the depositary, in writing and through diplomatic channels, of the completion of their national constitutional requirements for expressing their consent to be bound to this Agreement.

3 — This Agreement shall enter into force sixty days following the date of the deposit of the third notification referred to in paragraph 2 of this article.

4 — For the other signatory States, this Agreement shall enter into force sixty days following the date of the deposit of the notification referred to in paragraph 2 of this article.

## Article 22

## Accession

1 — Following entry into force, this Agreement shall be open for accession by any State invited to accede by the unanimous consent of the Parties.

2 — The present Agreement shall enter into force for the acceding State sixty days following the date of deposit of its respective instrument of accession.

## Article 23

## Amendments

1 — This Agreement may be amended by mutual written consent of all Parties.

2 — The amendments shall enter into force sixty days following the date of the deposit of the notification by all Parties, in writing and through diplomatic channels, of the completion of the national requirements of each Party.

## Article 24

## Provisional application

Any State may, at the time of signature of the Agreement, declare that it shall apply the terms of this Agreement provisionally, pending its entry into force in that State.

## Article 25

## Termination and withdrawal

1 — This Agreement may be terminated at any time by mutual agreement of the Parties, which shall agree the date from which the provisions of the Agreement shall cease to be in force.

2 — After this Agreement has been in force for two years, any Party may withdraw from the Agreement by notification, in writing and through diplomatic channels to the Depositary. Withdrawal shall take effect six months after receipt of such notification by the Depositary. The Depositary shall advise the Parties of receipt of any such notification.

3 — In the case of withdrawal by a Party, that Party shall bear its share of the costs incurred until the withdrawal takes effect.

4 — The Agreement shall cease to be in force if the number of Parties becomes less than three.

5 — Notwithstanding termination or withdrawal, all the information and data transferred pursuant to this Agreement shall continue to be protected according to the provisions set forth herein.

## Article 26

## Registration

After the entry into force of the Agreement, the Depositary shall transmit it to the Secretariat of the United Nations for registration, in accordance with article 102 of the Charter of the United Nations.

Done in Lisbon, on the 30<sup>th</sup> of September of 2007, in the dutch, english, french, italian, portuguese and spanish languages, all texts being equally authentic.

For Ireland:

*Brian Lenihan* T. D., Minister for Justice, Equality and Law Reform.

For the Kingdom of the Netherlands:

*Ernst M. H. Hirsch Ballin*, Minister of Justice.

For the Kingdom of Spain:

*Alfredo Pérez Rubalcaba*, Home Affairs Minister.

For the Italian Republic:

*Giuliano Amato*, Home Affairs Minister.

For the Portuguese Republic:

*Alberto Costa*, Minister of Justice.

For the French Republic:

*Michèle Alliot-Marie*, Minister of the Interior, Overseas and Local Authorities.

For the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland:

*Vernon Coaker*, Parliamentary Under-Secretary of State for Crime Reduction, Home Office.

**ACCORD ENTRE L'IRLANDE, LE ROYAUME DES PAYS-BAS, LE ROYAUME D'ESPAGNE, LA REPUBLIQUE ITALIENNE, LA REPUBLIQUE PORTUGAISE, LA REPUBLIQUE FRANCAISE, ET LE ROYAUME-UNI DE GRANDE-BRETAGNE ET D'IRLANDE DU NORD, ETABLISANT UN CENTRE OPERATIONNEL D'ANALYSE DU RENSEIGNEMENT MARITIME POUR LES STUPEFIANTS.**

Les Parties au présent Accord:

Considérant que l'analyse des importations de stupéfiants, notamment de cocaïne en provenance d'Amérique du Sud à destination de l'Europe occidentale, a révélé une augmentation du trafic illicite de stupéfiants par voie maritime et aérienne dans l'Atlantique à destination de l'Europe et des côtes d'Afrique de l'Ouest;

Préoccupées par la difficulté d'obtenir des renseignements en temps utile pour mener des actions dans ce domaine tant au niveau international qu'eupéen, ce qui engendre des difficultés supplémentaires pour réprimer le trafic illicite de stupéfiants par voie maritime dans les eaux internationales et par voie aérienne dans l'espace aérien international;

Prenant note du caractère international marqué de ce trafic illicite de stupéfiants, dans lequel sont impliquées des organisations criminelles opérant dans plusieurs pays et employant des navires de diverses immatriculations et des équipages de diverses nationalités;

Considérant que de nombreux pays ne disposent pas de moyens de surveillance aérienne et maritime et de répression suffisants pour appliquer seuls l'interdiction du trafic illicite de stupéfiants par voie maritime, et qu'il existe des difficultés techniques et juridiques concernant les interceptions maritimes;

Tenant compte de l'initiative concernant la cocaïne du programme global de planification opérationnelle et stratégique de la police (TFCP COSPOL);

Tenant également compte de l'Evaluation de la menace que représente la criminalité organisée (EMCO) d'Europol, qui a identifié la lutte contre le trafic de cocaïne comme une priorité en matière de répression et encourage une approche régionale dans le domaine de la lutte contre la criminalité organisée internationale;

Vu la stratégie antidrogue de l'Union européenne 2005-2012, approuvée par le Conseil européen des 16 et 17 décembre 2004;

Réaffirmant les mesures existantes prévues par la Convention unique des Nations Unies sur les stupéfiants adoptée à New York le 30 mars 1961, telle que modifiée par le Protocole adopté à Genève le 25 mars 1972 et le Protocole adopté à New York le 8 août 1975; la Convention sur les substances psychotropes, adoptée à Vienne le 21 février 1971; la Convention des Nations Unies contre le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes, adoptée à Vienne le 20 décembre 1988; l'accord du Conseil de l'Europe relatif au trafic illicite par mer, mettant en oeuvre l'article 17 de la Convention des Nations Unies contre le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes, adopté à Strasbourg le 31 janvier 1995; la Convention des Nations Unies sur le droit de la mer, adoptée à Montego Bay le 10 décembre 1982; la Convention Europol du 26 juillet 1995; les règles coutumières du droit international de la mer; ainsi que les autres instruments juridiques internationaux pertinents;

Conscientes de la coopération entre les Etats membres de l'Union européenne et les Etats non membres dans la lutte contre le trafic de stupéfiants par voie maritime et aérienne dans l'océan Atlantique et de l'action pertinente du groupe de travail interinstitutionnel (JIATF) Sud;

Travaillant de façon conjointe dans le cadre de l'initiative régionale dénommée Centre opérationnel d'Analyse du Renseignement maritime pour les Stupéfiants;

Et agissant dans le respect des lois et procédures nationales respectives des Parties;

conviennent de ce qui suit:

## CHAPITRE I

### Dispositions générales

#### Article premier

##### Objet

1 — Les Parties instituent un Centre opérationnel d'Analyse du Renseignement maritime pour les Stupéfiants, ci-après dénommé le «Centre», conformément aux termes du présent Accord.

2 — Toutes les Parties sont membres du Centre. Le Centre permet aux Parties de s'engager dans la coopération multilatérale en vue de la répression du trafic illicite de stupéfiants par voie maritime et aérienne.

#### Article 2

##### Champ d'application

1 — Les Parties coopèrent, par le biais du Centre, à la répression du trafic illicite de stupéfiants par voie maritime et aérienne dans l'Atlantique à destination de l'Europe et des côtes d'Afrique de l'Ouest, avec la possibilité d'étendre les opérations du Centre, entre autres, au bassin méditerranéen occidental; l'expression «zone des opérations» désigne ci-après ladite zone.

2 — Les Parties, par le biais du Centre, sont chargées:

a) De recueillir et d'évaluer des informations afin d'aider à déterminer les meilleurs choix opérationnels en matière de lutte contre le trafic illicite de stupéfiants par voie maritime et aérienne dans la zone des opérations;

b) De renforcer le renseignement à travers l'échange d'informations entre les Parties et, de manière appropriée, avec Europol;

c) De s'efforcer de veiller à la disponibilité de leurs moyens, qui font l'objet d'un préavis à cet effet dans la mesure du possible, afin de faciliter les opérations d'interception pour réprimer le trafic illicite de stupéfiants par voie maritime et aérienne.

#### Article 3

##### Statut juridique

Le Centre jouit de la personnalité juridique sur le territoire de chacune des Parties, qui inclut la capacité de contracter, d'acquérir et d'aliéner des biens mobiliers et immobiliers.

#### Article 4

##### Lieu

Le Centre est situé à Lisbonne, au Portugal, ci-après dénommé l'«Etat d'accueil».

#### Article 5

##### Observateurs

1 — Tout Etat ou toute organisation internationale ayant des objectifs identiques à ceux des Parties en matière de répression du trafic illicite de stupéfiants par voie maritime et aérienne peut être invité(e) en tant qu'observateur, sur décision du Comité exécutif, conformément aux conditions définies par le Comité.

2 — L'échange de données à caractère personnel et d'autres informations avec un observateur est régi par l'article 6 et se limite au strict nécessaire pour permettre la participation de ce dernier aux activités du Centre.

#### Article 6

##### Protection des données à caractère personnel et des autres informations fournies par les Parties

1 — Le traitement et la protection des données à caractère personnel et des autres informations fournies par les Parties sont assurés conformément à la législation nationale des Parties, au droit communautaire et au droit international liant les Parties, notamment la convention du Conseil de l'Europe pour la protection des personnes à l'égard du traitement automatisé des données à caractère personnel, adoptée à Strasbourg le 28 janvier 1981.

2 — Les données à caractère personnel et les autres informations fournies par les Parties ne peuvent être transmises à des Etats tiers ou à toute autre entité sans le consentement préalable du fournisseur desdites données, et ne peuvent être utilisées à des fins autres que celles qui ont initialement motivé leur transmission.

## CHAPITRE II

### Organisation et fonctionnement du Centre

#### Article 7

##### Structure

Le Centre se compose d'un Comité exécutif, d'un Directeur, d'officiers de liaison et du personnel.

## Article 8

**Comité exécutif**

1 — Le Comité exécutif comprend un représentant de haut rang de chaque Partie, hors les officiers de liaison du Centre.

2 — Le Comité exécutif se réunit au minimum deux fois par an.

3 — Les fonctions remplies par le Comité exécutif comprennent:

- a) Le développement de la direction stratégique du Centre;
- b) L'invitation et l'admission des observateurs, et la définition des conditions d'admission;
- c) La création de comités, si nécessaire;
- d) L'adoption du Manuel de Procédures et l'approbation de toute modification ultérieure;
- e) L'approbation du budget annuel;
- f) L'approbation du rapport annuel;
- g) La nomination du Directeur du Centre.

4 — Le Comité exécutif élit son président pour une durée d'un an. La présidence est assurée par rotation annuelle.

5 — Toutes les décisions du Comité exécutif sont prises à l'unanimité des Parties.

## Article 9

**Directeur du Centre**

1 — Le Comité exécutif désigne le Directeur du Centre parmi les membres des Parties pour une période de deux ans, qui peut être prolongée pour une durée n'excédant pas deux ans.

2 — Les fonctions du Directeur sont les suivantes:

- a) Diriger le travail du Centre;
- b) Représenter le Centre à l'extérieur;
- c) Assister sans droit de vote aux réunions du Comité exécutif;
- d) Rédiger le projet de rapport annuel relatif aux activités du Centre;
- e) Soumettre le budget annuel du Centre pour approbation et rendre compte dans ce domaine;
- f) Mettre en œuvre les décisions du Comité exécutif.

3 — L'Etat d'accueil assure la protection du Directeur et lui fournit l'assistance nécessaire.

## Article 10

**Officiers de liaison**

1 — Les Parties affectent des officiers de liaison au Centre.

2 — Les officiers de liaison ont accès aux équipements, aux données à caractère personnel et aux banques de données du Centre.

3 — Les officiers de liaison travaillent conformément au Manuel de Procédures, conformément aux dispositions de l'article 12, b).

4 — L'Etat d'accueil assure la protection des officiers de liaison affectés au Centre et leur fournit l'assistance nécessaire.

## Article 11

**Personnel**

1 — Avec l'accord du Comité exécutif, le Directeur du Centre peut engager du personnel pour effectuer des tâches administratives, techniques ou de maintenance au Centre.

2 — Ledit personnel ne participe pas aux opérations du Centre.

## Article 12

**Procédures**

Le Manuel de Procédure devant être adopté par le Comité exécutif conformément à l'article 8 (3), d), inclut les éléments suivants:

- a) Les procédures opérationnelles du Centre;
- b) Les rôles et responsabilités des officiers de liaison;
- c) Les protocoles d'échange et de traitement des informations, et notamment de protection des données;
- d) Des informations complémentaires relatives aux fonctions du Comité exécutif;
- e) Les fonctions de tout comité créé dans le cadre du présent Accord;
- f) Les procédures de planification et de coordination des opérations;
- g) Les dispositions concernant la convocation aux réunions du Comité exécutif;
- h) Les dispositions budgétaires et le rapport des dépenses au Comité exécutif; et
- i) Tous autres aspects des fonctions du Centre.

## Article 13

**Décisions opérationnelles et tactiques**

Chaque Partie est responsable des décisions opérationnelles et tactiques, qui sont prises conformément aux principes et règles du droit international, ainsi qu'aux lois et procédures nationales respectives des Parties.

## Article 14

**Législation applicable**

Le fonctionnement journalier du Centre est soumis à la législation de l'Etat d'accueil.

## Article 15

**Frais**

1 — Les frais afférents au budget du Centre, qui ne comprend pas les rémunérations des officiers de liaison, sont financés à parts égales par les Parties au présent Accord.

2 — La participation d'une Partie à une opération s'effectue sur la base du volontariat. Les Parties qui participent à une telle opération prennent en charge leurs propres frais.

3 — Un financement supplémentaire au profit du fonctionnement et de l'administration du Centre peut être sollicité auprès de l'Union européenne ou hors de l'Union européenne.

## Article 16

**Coopération avec d'autres entités**

Sous réserve de la direction stratégique du Comité exécutif, le Centre peut coopérer avec d'autres entités poursuivant les mêmes objectifs en matière de répression du trafic illicite de stupéfiants par voie maritime et aérienne.

## Article 17

**Évaluation**

Le fonctionnement du Centre doit être évalué deux ans après l'entrée en vigueur du présent Accord par un comité comprenant un représentant nommé par chacune des Parties.

## CHAPITRE III

**Dispositions finales**

## Article 18

**Obligations internationales**

Aucune des dispositions du présent Accord n'est considérée comme incompatible avec les obligations internationales contenues dans d'autres accords internationaux liant les Parties.

## Article 19

**Règlement des différends**

Tous les différends résultant de l'interprétation ou de l'application du présent Accord sont réglés par voie de négociation ou par tout autre moyen de règlement convenu entre les Parties.

## Article 20

**Dépositaire**

Le Gouvernement de la République portugaise est dépositaire du présent Accord.

## Article 21

**Entrée en vigueur**

1 — Le présent Accord est ouvert à la signature de l'Irlande, du Royaume des Pays-Bas, du Royaume d'Espagne, de la République Italienne, de la République Portugaise, de la République Française et du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord.

2 — Les Etats ayant signé le présent Accord informent le dépositaire, par écrit et par la voie diplomatique, de l'accomplissement des procédures constitutionnelles nationales nécessaires à l'expression de leur consentement à être lié au présent Accord.

3 — Le présent Accord entre en vigueur soixante jours après la date de dépôt de la troisième notification visée au paragraphe 2 du présent article.

4 — Pour les autres Etats signataires, le présent Accord entre en vigueur soixante jours après la date de dépôt de la notification visée au paragraphe 2 du présent article.

## Article 22

**Adhésion**

1 — Après son entrée en vigueur, le présent Accord est ouvert à l'adhésion de tout Etat invité à y adhérer sur décision unanime des Parties.

2 — En ce qui concerne l'Etat adhérent, le présent Accord entre en vigueur soixante jours après la date de dépôt de son instrument d'adhésion.

## Article 23

**Amendements**

1 — Le présent Accord peut être modifié par consentement mutuel écrit de toutes les Parties.

2 — Les amendements entrent en vigueur soixante jours après la date de dépôt d'une notification par toutes les Parties, transmise par écrit et par la voie diplomatique, concernant l'accomplissement des procédures nationales requises pour chaque Partie.

## Article 24

**Application provisoire**

Tout Etat peut, au moment de la signature de l'Accord, déclarer qu'il appliquera les dispositions du présent Accord de manière provisoire, dans l'attente de son entrée en vigueur dans le dit Etat.

## Article 25

**Dénonciation et retrait**

1 — Le présent Accord peut être dénoncé à tout moment par accord mutuel entre les Parties, qui conviennent d'une date à compter de laquelle les dispositions de l'Accord cessent de s'appliquer.

2 — Après que le présent Accord aura été en vigueur pendant deux ans, toute Partie pourra se retirer de celui-ci en faisant connaître son intention au dépositaire, par écrit et par la voie diplomatique. Le retrait prend effet six mois après la date de réception de la notification par le dépositaire. Le dépositaire informe les Parties de la réception de la notification.

3 — En cas de retrait d'une Partie, la Partie en question prend en charge les frais engagés jusqu'à ce que son retrait soit effectif.

4 — Le présent Accord cesse de produire des effets si le nombre des Parties est inférieur à trois.

5 — Nonobstant la dénonciation ou un retrait, toutes les informations et les données transmises en application du présent Accord continuent de bénéficier de la protection prévue par ses dispositions.

## Article 26

**Enregistrement**

Après l'entrée en vigueur du présent Accord, le dépositaire transmet celui-ci au Secrétariat des Nations Unies en vue de son enregistrement, conformément à l'article 102 de la Charte des Nations Unies.

Fait à Lisbonne, le 30 septembre 2007, en langues anglaise, espagnole, française, italienne, néerlandaise et portugaise, tous les textes faisant également foi.

Pour l'Irlande:

*Brian Lenihan* T. D., Ministre pour la Justice, l'Égalité et la Réforme Législative.

Pour le Royaume des Pays-Bas:

*Ernst M. H. Hirsch Ballin*, Ministre de la Justice.

Pour le Royaume d'Espagne:

*Alfredo Pérez Rubalcaba*, Ministre de l'Intérieur.

Pour la République Italienne:

*Giuliano Amato*, Ministre de l'Intérieur.

Pour la République Portugaise:

*Alberto Costa*, Ministre de la Justice.

Pour la République Française:

*Michèle Alliot-Marie*, Ministre de l'Intérieur, de l'Outre-Mer et des Collectivités Territoriales.

Pour le Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord:

*Vernon Coaker*, Secrétaire d'État Parlementaire pour la Réduction du Crime, Ministère de l'Intérieur.

**ACCORDO TRA IRLANDA, REGNO DEI PAESI BASSI, REGNO DI SPAGNA, REPUBBLICA ITALIANA, REPUBBLICA PORTOGHESE, REPUBBLICA FRANCESE E REGNO UNITO DI GRAN BRETAGNA ED IRLANDA DEL NORD CHE ISTITUISCE UN CENTRO DI ANALISI ED OPERAZIONI MARITTIME — NARCOTICI.**

Le Parti del presente Accordo:

Considerando che l'analisi delle importazioni di droga, in particolare delle importazioni di cocaina dal Sud America verso l'Europa occidentale ha mostrato un aumento del traffico di droga via mare e per via aerea attraverso l'Atlantico verso l'Europa e la fascia costiera dell'Africa occidentale;

Preoccupate riguardo alla difficoltà di ottenere informazioni tempestive per agire in questo campo, sia a livello internazionale che europeo, cosa che crea ulteriori difficoltà nella repressione del traffico illecito di droga via mare in acque internazionali e per via aerea nello spazio aereo internazionale;

Rilevando la marcata natura internazionale di questo traffico illecito di droga che coinvolge organizzazioni criminali operanti in vari paesi, che impiegano navi con differenti immatricolazioni ed equipaggi di diverse nazionalità;

Considerando che molti paesi non hanno sufficiente sorveglianza aerea ed in mare e risorse di polizia per svolgere da soli il contrasto al traffico illecito di droga via mare, e che ci sono difficoltà tecniche e giuridiche riguardo alle interdizioni marittime;

Tenendo conto dell'iniziativa sulla cocaina nell'ambito della Pianificazione Strategica Operativa Globale per la Polizia (COSPOL) della Task Force Europea dei Capi della Polizia (PCTF);

Tenendo anche conto della Valutazione della Minaccia rappresentata dalla Criminalità Organizzata in Europa (OCTA) elaborata da Europol, che ha identificato la lotta al traffico di cocaina come priorità per le forze di polizia ed incoraggia l'approccio regionale nei confronti della lotta alla criminalità organizzata internazionale;

Tenendo in considerazione la Strategia Antidroga dell'UE 2005-2012, avallata dal Consiglio Europeo del 16 e 17 dicembre 2004;

Riaffermando le misure esistenti previste nella Convenzione Unica delle Nazioni Unite sugli Stupefacenti, adottata a New York il 30 marzo 1961, emendata dal Protocollo adottato a Ginevra il 25 marzo 1972 e dal Protocollo adottato a New York l'8 agosto 1975; la Convenzione sulle Sostanze Psicotrope, adottata a Vienna il 21 febbraio 1971; la Convenzione delle Nazioni Unite contro il Traffico Illecito di Sostanze Stupefacenti e Psicotrope, adottata a Vienna il 20 dicembre 1988; l'Accordo del Consiglio d'Europa sul Traffico Illecito via Mare, che attua l'articolo 17 della Convenzione delle Nazioni Unite contro il Traffico Illecito di Sostanze Stupefacenti e Psicotrope, adottato a Strasburgo il 31 gennaio del 1995; la Convenzione delle Nazioni Unite sul Diritto del Mare, adottata a Montego Bay il 10 dicembre 1982; la Convenzione Europol del 26 luglio 1995; le norme consuetudinarie del diritto

marittimo internazionale; e gli altri strumenti giuridici internazionali attinenti;

Tenendo presente la cooperazione tra stati membri e non dell'UE contro il traffico di droga via mare e per via aerea nell'Oceano Atlantico e la valida attività della Task Force Congiunta Interforze (JIATF) Sud;

Lavorando insieme nell'ambito di una iniziativa regionale denominata Centro Analisi ed Operazioni Marittime-Narcotici;

Ed agendo in conformità con le rispettive leggi e procedure nazionali delle Parti;

concordano quanto segue:

## CAPITOLO I

### Provvedimenti generali

#### Articolo 1

##### Obiettivo

1 — Il Centro Analisi ed Operazioni Marittime-Narcotici, di qui in avanti denominato il «Centro», viene quindi creato dalle Parti conformemente al presente Accordo.

2 — Tutte le Parti saranno membri del Centro. Il Centro fornirà una base per l'impegno delle Parti nella cooperazione multilaterale nel campo della repressione del traffico illecito di droga via mare e per via aerea.

#### Articolo 2

##### Portata

1 — Le Parti coopereranno attraverso il Centro nella repressione del traffico illecito via mare e per via aerea attraverso l'Atlantico verso l'Europa e la fascia costiera dell'Africa occidentale, con la possibilità di estendere le sue operazioni, inter alia, nel bacino del Mediterraneo occidentale, di qui in avanti definito «area operativa».

2 — Le Parti, attraverso il Centro:

a) Raccoglieranno ed analizzeranno le informazioni per contribuire a determinare i migliori risultati operativi in relazione al traffico illecito di droga via mare e per via aerea nell'area operativa;

b) Incrementeranno l'intelligence attraverso lo scambio di informazioni tra di loro e, in modo appropriato, con Europol;

c) Si adopereranno per accertare la disponibilità delle loro risorse che, ove possibile, sarà notificata in anticipo, al fine di agevolare le operazioni di interdizione per reprimere il traffico illecito di droga via mare e per via aerea.

#### Articolo 3

##### Status giuridico

Il Centro godrà di personalità giuridica nel territorio di ciascuna delle Parti, compresa la capacità di stipulare contratti, acquisire ed alienare proprietà mobiliari ed immobiliari.

#### Articolo 4

##### Ubicazione

Il Centro sarà ubicato a Lisbona, Portogallo, di qui in avanti denominato «Stato Ospitante».

## Articolo 5

**Osservatori**

1 — Ciascuno Stato o Organizzazione Internazionale che condivide gli stessi obiettivi delle Parti nella repressione del traffico illecito di droga via mare e per via aerea potrà essere invitato a diventare osservatore, per decisione del Comitato Esecutivo, alle condizioni determinate dal Comitato.

2 — Lo scambio di dati personali e di altre informazioni con l'osservatore sarà regolato dall'articolo 6 e sarà limitato a ciò che è strettamente necessario per la sua cooperazione alle attività del Centro.

## Articolo 6

**Protezione dei Dati Personali e di Intelligence Criminale**

1 — L'elaborazione e la protezione dei dati personali e di altre informazioni fornite dalle Parti saranno svolte in conformità con le leggi nazionali delle Parti, le leggi dell'UE e Internazionali vincolanti le Parti, compresa la Convenzione del Consiglio d'Europa per la Protezione degli Individui riguardo l'Elaborazione Automatica di Dati Personali adottata a Strasburgo il 28 gennaio 1981.

2 — I Dati Personali ed altre informazioni fornite dalle Parti non saranno trasmesse a paesi terzi o altre entità senza il previo consenso di chi ha fornito le informazioni e non potranno essere utilizzate per scopi diversi da quelli per cui sono state trasmesse inizialmente.

## CAPITOLO 2

**Organizzazione e Funzionamento del Centro**

## Articolo 7

**Struttura**

Il Centro sarà costituito da un Comitato Esecutivo, un Direttore, ufficiali di collegamento e personale.

## Articolo 8

**Comitato Esecutivo**

1 — Il Comitato Esecutivo sarà composto da un alto funzionario di ciascuna delle Parti che non sarà un ufficiale di collegamento del Centro.

2 — Il Comitato Esecutivo si incontrerà almeno due volte l'anno.

3 — Le funzioni del Comitato esecutivo comprenderanno:

- a) Sviluppo dell'indirizzo strategico del Centro;
- b) Invito e ammissione degli osservatori compresa la determinazione delle condizioni di ammissione;
- c) Creazione dei comitati ove necessario;
- d) Adozione del Manuale delle Procedure ed approvazione di successivi emendamenti;
- e) Approvazione del budget annuale;
- f) Approvazione del rapporto annuale;
- g) Nomina del Direttore del Centro.

4 — Il Comitato Esecutivo eleggerà il presidente con incarico annuale a rotazione annuale.

5 — Tutte le decisioni del Comitato Esecutivo richiederanno il consenso unanime delle Parti.

## Articolo 9

**Direttore del Centro**

1 — Il Direttore del Centro sarà nominato dal Comitato Esecutivo e scelto tra le Parti, per un periodo di due anni, che può essere prolungato per un ulteriore periodo non superiore ai due anni.

2 — Il Direttore avrà le seguenti funzioni:

- a) Gestione del lavoro del Centro;
- b) Rappresentanza esterna del Centro;
- c) Partecipazione alle riunioni del Comitato Esecutivo senza diritto al voto;
- d) Elaborazione del rapporto annuale sulle attività del Centro;
- e) Presentazione e resoconto del budget annuale del Centro;
- f) Attuazione delle decisioni del Comitato Esecutivo.

3 — Lo Stato Ospitante assicurerà al Direttore la protezione e l'assistenza necessaria.

## Articolo 10

**Ufficiali di Collegamento**

1 — Le Parti designeranno gli ufficiali di collegamento presso il Centro.

2 — Gli ufficiali di collegamento avranno accesso alle attrezzature, ai dati personali ed alle banche dati del Centro.

3 — Gli ufficiali di collegamento agiranno conformemente a quanto previsto dal Manuale delle Procedure, articolo 12, b.

4 — Lo Stato Ospitante assicurerà agli ufficiali di collegamento assegnati al Centro, la protezione e l'assistenza necessaria.

## Articolo 11

**Personale**

1 — Il Direttore del Centro può, previa approvazione del Comitato Esecutivo, assumere personale per svolgere compiti amministrativi, tecnici o di manutenzione.

2 — Suddetto personale non prenderà parte alle funzioni di carattere operativo del Centro.

## Articolo 12

**Procedure**

Il Manuale delle Procedure che dovrà adottare il Comitato Esecutivo in base all'articolo 8 (3) d) comprenderà:

- a) Procedure operative del Centro;
- b) Ruoli e responsabilità degli ufficiali di collegamento;
- c) Protocolli per l'elaborazione e lo scambio di informazioni, ivi compresa la loro protezione;
- d) Informazioni aggiuntive sulle funzioni del Comitato Esecutivo;
- e) Funzioni di ogni Comitato, istituito in base al presente Accordo;
- f) Procedure per la pianificazione ed il coordinamento delle operazioni;
- g) Modalità di notifica delle riunioni del Comitato Esecutivo;
- h) Disposizioni di bilancio e resoconto delle spese al Comitato Esecutivo;
- i) Ulteriori aspetti relativi alle funzioni del Centro.

### Articolo 13

#### Decisioni operative e tattiche

La responsabilità per le decisioni tattiche e operative dipende da ciascuna delle Parti, ed ognuna di queste decisioni sarà conforme ai principi e alle norme del diritto internazionale, nonché alle rispettive normative e procedure di ciascun paese.

### Articolo 14

#### Norme applicabili

Il funzionamento ordinario del Centro sarà soggetto alla normativa dello Stato Ospitante.

### Articolo 15

#### Costi

1 — Le spese di bilancio relative al Centro, esclusi i costi degli ufficiali di collegamento, saranno finanziate e sostenute in egual misura dalle Parti del presente Accordo.

2 — La partecipazione delle Parti ad una qualsiasi operazione sarà volontaria. L'onere delle spese per tali operazioni sarà a carico delle Parti che vi parteciperanno.

3 — Ulteriori finanziamenti per le spese operative e di amministrazione del Centro potranno essere ricercati presso fonti in ambito UE o altrove.

### Articolo 16

#### Cooperazione con altre entità

Subordinatamente all'orientamento strategico del Comitato Esecutivo, il Centro può cooperare con altre entità che condividono gli stessi obiettivi nella lotta al traffico di droga via mare ed aerea.

### Articolo 17

#### Valutazione

Il funzionamento del Centro sarà valutato due anni dopo l'entrata in vigore del presente Accordo da un comitato costituito da un rappresentante designato da ciascuna delle Parti.

## CAPITOLO III

### Disposizioni Finali

### Articolo 18

#### Obblighi Internazionali

Nessuno degli elementi di cui al presente Accordo sarà considerato incompatibile con gli obblighi internazionali contenuti in altri accordi internazionali che vincolano le Parti.

### Articolo 19

#### Risoluzione delle controversie

Tutte le controversie derivanti dall'interpretazione o attuazione del presente Accordo saranno risolte mediante negoziazione o altri sistemi di risoluzione concordati dalle Parti.

### Articolo 20

#### Depositario

Il Governo della Repubblica del Portogallo sarà il depositario del presente Accordo.

### Articolo 21

#### Entrata in vigore

1 — Questo Accordo sarà aperto alla firma di: Irlanda, Regno dei Paesi Bassi, Regno di Spagna, Repubblica Italiana, Repubblica del Portogallo, Repubblica Francese, Regno Unito della Gran Bretagna ed Irlanda del Nord.

2 — Gli Stati firmatari del presente Accordo notificheranno al depositario per iscritto e attraverso i canali diplomatici, l'adempimento dei rispettivi requisiti costituzionali per esprimere il proprio consenso alla firma del presente Accordo.

3 — Il presente Accordo entrerà in vigore sessanta giorni dopo la data del deposito della terza notifica di cui al paragrafo 2 del presente articolo.

4 — Per gli altri Stati firmatari, il presente Accordo entrerà in vigore sessanta giorni dopo la data del deposito della notifica di cui al paragrafo 2 del presente articolo.

### Articolo 22

#### Accesso

1 — Successivamente all'entrata in vigore, il presente Accordo sarà aperto all'accesso degli Stati invitati a farne parte, previo unanime consenso delle Parti.

2 — Il presente Accordo entrerà in vigore per lo Stato aderente, sessanta giorni dopo la data di deposito del rispettivo strumento di accesso.

### Articolo 23

#### Emendamenti

1 — Il presente Accordo è suscettibile di emendamento attraverso il reciproco consenso scritto di tutte le Parti.

2 — Gli emendamenti entreranno in vigore sessanta giorni dopo che tutte le Parti avranno depositato la notifica, per iscritto e attraverso canali diplomatici, dell'adempimento dei requisiti nazionali di ciascuna Parte.

### Articolo 24

#### Applicazione provvisoria

In occasione della firma dell'Accordo, ogni Stato può dichiarare che applicherà i termini del presente Accordo in via provvisoria, in attesa della sua entrata in vigore in quello Stato.

### Articolo 25

#### Estinzione e recesso

1 — Il presente Accordo potrà cessare in qualsiasi momento, previo mutuo consenso delle Parti che si accorderanno sulla data a partire dalla quale le clausole dell'Accordo stesso non saranno più in vigore.

2 — Trascorsi due anni dall'entrata in vigore del presente Accordo, ciascuna Parte può recedere dall'Accordo stesso tramite notifica al Depositario, per iscritto e attraverso i canali diplomatici. Il recesso avrà effetto sei mesi dopo la ricezione di tale notifica da parte del Depositario. Il Depositario informerà le Parti dell'avvenuta ricezione di tale notifica.

3 — In caso di recesso di una delle Parti, quest'ultima dovrà sostenere la propria quota parte dei costi sostenuti fino a quando il recesso avrà effetto.

4 — L'Accordo cesserà di essere in vigore allorché il numero delle Parti diventerà inferiore a tre.



5 — Nonostante l'estinzione o il recesso, tutte le informazioni e i dati trasferiti in seguito al presente Accordo continueranno ad essere protetti in forza delle disposizioni qui di seguito riportate.

#### Articolo 26

##### Registrazione

Successivamente all'entrata in vigore dell'Accordo, il Depositario lo invierà al Segretariato delle Nazioni Unite per la registrazione, in conformità con l'Articolo 102 della Carta delle Nazioni Unite.

Fatto a Lisbona il 30 Settembre 2007, in lingua olandese, inglese, francese, italiana, portoghese e spagnola, i testi facenti tutti ugualmente fede.

Per l'Irlanda:

*Brian Lenihan* T. D., Ministro della Giustizia, dell'Uguaglianza e della Riforma Legale.

Per il Regno dei Paesi Bassi:

*Ernst M. H. Hirsch Ballin*, Ministro della Giustizia.

Per il Regno di Spagna:

*Alfredo Pérez Rubalcaba*, Ministro dell'Interno.

Per la Repubblica Italiana:

*Giuliano Amato*, Ministro dell'Interno.

Per la Repubblica Portoghese:

*Alberto Costa*, Ministro della Giustizia.

Per la Repubblica Francese:

*Michèle Alliot-Marie*, Ministra dell'Interno, dell'Oltremare e delle Collettività Territoriali.

Per il Regno Unito di Gran Bretagna ed Irlanda del Nord:

*Vernon Coaker*, Sottosegretario Parlamentare per la Riduzione del Crimine, Ministero dell'Interno.

**ACORDO ENTRE A IRLANDA, O REINO DOS PAÍSES BAIXOS, O REINO DE ESPANHA, A REPÚBLICA ITALIANA, A REPÚBLICA PORTUGUESA, A REPÚBLICA FRANCESA E O REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E DA IRLANDA DO NORTE QUE ESTABELECE UM CENTRO DE ANÁLISE E OPERAÇÕES MARÍTIMAS — NARCÓTICOS.**

As Partes no presente Acordo:

Considerando que a análise das importações de estupefacientes, em particular as importações de cocaína provenientes da América do Sul para a Europa Ocidental, revelam um aumento no tráfico ilícito de estupefacientes por mar e por ar através do Atlântico para a Europa e para a costa marítima da África Ocidental;

Preocupados com a dificuldade em obter informação atempada para acções neste campo, quer a nível internacional como europeu, o que cria dificuldades adicionais na supressão do tráfico ilícito de estupefacientes por mar em águas internacionais e por ar no espaço aéreo internacional;

Observando a acentuada natureza internacional deste tráfico ilícito de estupefacientes que envolve organizações criminosas a operar em vários países, utilizando barcos

com diferentes registos e tripulações de diferentes nacionalidades;

Considerando que muitos países não possuem meios de vigilância aérea e marítima suficientes, assim como meios para a aplicação do direito de modo a empreenderem de forma autónoma a interdição do tráfico ilícito de estupefacientes por mar, bem como as dificuldades técnicas e jurídicas associadas às interdições marítimas;

Considerando o Planeamento Estratégico Operacional Global para a Polícia (PEOG COSPOL), iniciativa relativa à cocaína;

Tendo ainda em consideração a Avaliação Europeia da Ameaça do Crime Organizado (ACOE) pela EUROPOL, que identificou a luta contra o tráfico de cocaína como uma prioridade para a aplicação do direito e incentiva a abordagem regional na luta contra o crime organizado internacional;

Considerando a Estratégia da União Europeia de Luta contra a Droga 2005-2012, adoptada pelo Conselho Europeu de 16 e 17 de Dezembro de 2004;

Reafirmando as medidas previstas na Convenção Única das Nações Unidas sobre Drogas Narcóticas, adoptada em Nova Iorque em 30 de Março de 1961, conforme alterada pelo Protocolo adoptado em Genebra em 25 de Março de 1972 e o Protocolo adoptado em Nova Iorque em 8 de Agosto de 1975; na Convenção sobre as Substâncias Psicotrópicas, adoptada em Viena em 21 de Fevereiro de 1971; na Convenção das Nações Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas, adoptada em Viena em 20 de Dezembro de 1988; no Acordo do Conselho da Europa Relativo ao Tráfico Ilícito por Mar, que implementa o artigo 17.º da Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas de 1988, adoptado em Estrasburgo em 31 de Janeiro de 1995; na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, adoptada em Montego Bay em 10 de Dezembro de 1982; na Convenção da EUROPOL de 26 de Julho de 1995; as normas consuetudinárias do direito Internacional do mar e outros instrumentos jurídicos internacionais relevantes;

Considerando a cooperação entre os Estados membros da União Europeia e os Estados não membros contra o tráfico de estupefacientes por mar e por ar no oceano Atlântico e a valiosa acção da Joint Interagency Task Force (JIATF) South;

Trabalhando em conjunto numa iniciativa regional designada por Centro de Análises e Operações Marítimas — Narcóticos; e

Agindo em conformidade com as respectivas legislações e procedimentos nacionais das Partes;

acordam no seguinte:

## CAPÍTULO I

### Disposições gerais

#### Artigo 1.º

##### Objecto

1 — As Partes estabelecem, em conformidade com o presente Acordo, o Centro de Análise e Operações Marítimas — Narcóticos, doravante referido como o «Centro».

2 — Todas as Partes são membros do Centro. O Centro fornece uma base para o compromisso das Partes na co-

operação multilateral no domínio da supressão do tráfico ilícito de estupefacientes por mar e por ar.

#### Artigo 2.º

##### Âmbito

1 — As Partes cooperarão através do Centro para a supressão do tráfico ilícito de estupefacientes por mar e por ar através do Atlântico com destino à Europa e costa marítima da África Ocidental, com a possibilidade de alargar as suas operações, *inter alia*, à bacia do Mediterrâneo Ocidental, doravante referida como «área operacional».

2 — As Partes, através do Centro, deverão:

a) Recolher e analisar a informação para auxiliar na determinação dos melhores resultados operacionais relativamente ao tráfico ilícito de estupefacientes por mar e por ar na área operacional;

b) Dinamizar a produção de informações através da troca recíproca de informação e, de forma apropriada, com a EUROPOL;

c) Aferir a disponibilidade dos seus meios, os quais, sempre que possível, serão notificados com antecedência de modo a facilitar as operações de interdição para suprimir o tráfico ilícito de estupefacientes por mar e por ar.

#### Artigo 3.º

##### Estatuto jurídico

O Centro goza de personalidade jurídica no território de cada uma das Partes, incluindo capacidade de contratar, adquirir e dispor de património móvel e imóvel.

#### Artigo 4.º

##### Localização

O Centro situa-se em Lisboa, Portugal, doravante referido como «Estado anfitrião».

#### Artigo 5.º

##### Observadores

1 — Qualquer Estado ou organização internacional que partilhe os mesmos objectivos que as Partes na supressão do tráfico ilícito de estupefacientes por mar ou por ar pode ser convidado a tornar-se um observador, mediante decisão do conselho executivo e de acordo com as condições determinadas por este órgão.

2 — A troca de dados pessoais e de informação de outra natureza com o observador será regulada pelo artigo 6.º e será limitada ao estritamente necessário à sua cooperação na actividade do Centro.

#### Artigo 6.º

##### Protecção de dados pessoais e de outra informação fornecida pelas Partes

1 — O processamento e protecção de dados pessoais e informação de outra natureza disponibilizados pelas Partes deverão ser efectuados em conformidade com a legislação nacional das Partes, com o direito da União Europeia e com o direito internacional aos quais as Partes estão vinculadas, incluindo a Convenção do Conselho da Europa para a Protecção do Indivíduo em Matéria de Processamento Automático de Dados Pessoais, adoptada em Estrasburgo em 28 de Janeiro de 1981.

2 — Os dados pessoais e informação de outra natureza disponibilizados pelas Partes não serão transmitidos a Estados terceiros ou a qualquer outra entidade sem o prévio consentimento da Parte que disponibiliza a informação e não poderão ser usados para outros fins senão aqueles para os quais foram inicialmente transmitidos.

## CAPÍTULO II

### Organização e funcionamento do Centro

#### Artigo 7.º

##### Estrutura

O Centro é composto por um conselho executivo, um director, oficiais de ligação e pessoal.

#### Artigo 8.º

##### Conselho executivo

1 — O conselho executivo é composto por um representante de alto nível de cada Parte, o qual não poderá ser um oficial de ligação ao Centro.

2 — O conselho executivo reúne-se pelo menos duas vezes por ano.

3 — As funções desempenhadas pelo conselho executivo incluem:

- a) Planificação da direcção estratégica do Centro;
- b) Convite e admissão de observadores, incluindo a determinação das condições de admissão;
- c) Estabelecimento de comissões, consoante necessário;
- d) Adopção do manual de procedimentos e aprovação de quaisquer alterações subsequentes;
- e) Aprovação do orçamento anual;
- f) Aprovação do relatório anual;
- g) Nomeação do director do Centro.

4 — O conselho executivo elegerá o seu presidente para um mandato de um ano, a ser alternado anualmente.

5 — Todas as decisões do conselho executivo serão tomadas por acordo unânime das Partes.

#### Artigo 9.º

##### Director do Centro

1 — O director do Centro será nomeado pelo conselho executivo, de entre as Partes, para um mandato de dois anos, extensível a um mandato adicional, que não excederá dois anos.

2 — O director tem as seguintes funções:

- a) Gerir o trabalho do Centro;
- b) Representar o Centro a nível externo;
- c) Participar nas reuniões do conselho executivo, sem direito de voto;
- d) Elaborar o relatório anual especificando as actividades do Centro;
- e) Submeter o orçamento anual do Centro e zelar pela sua execução;
- f) Implementar decisões do conselho executivo.

3 — O Estado anfitrião deverá garantir a protecção e a assistência necessárias ao director.

## Artigo 10.º

**Oficiais de ligação**

- 1 — As Partes nomearão oficiais de ligação ao Centro.  
 2 — Os oficiais de ligação terão acesso ao equipamento, dados pessoais e bases de dados do Centro.  
 3 — Os oficiais de ligação trabalharão em conformidade com o manual de procedimentos, nos termos do artigo 12.º, alínea *b*).  
 4 — O Estado anfitrião garantirá a protecção e a assistência necessárias aos oficiais de ligação nomeados para o Centro.

## Artigo 11.º

**Pessoal**

- 1 — O director do Centro poderá, com o consentimento do conselho executivo, contratar pessoal para desempenhar, no Centro, funções de natureza administrativa, técnica ou de manutenção.  
 2 — Esse pessoal não intervirá nas funções operacionais do Centro.

## Artigo 12.º

**Procedimentos**

O manual de procedimentos a ser adoptado pelo conselho executivo nos termos do artigo 8.º, n.º 3, alínea *d*), incluirá:

- a*) Procedimentos operacionais do Centro;  
*b*) Funções e responsabilidades dos oficiais de ligação;  
*c*) Protocolos para troca e processamento de informação, incluindo a sua protecção;  
*d*) Informação adicional sobre as funções do conselho executivo;  
*e*) Funções de cada uma das comissões estabelecidas ao abrigo do presente Acordo;  
*f*) Procedimentos para o planeamento e a coordenação de operações;  
*g*) Convocatórias para as reuniões do conselho executivo;  
*h*) Ajuste orçamental e apresentação das despesas ao conselho executivo; e  
*i*) Quaisquer outros aspectos relativos às funções do Centro.

## Artigo 13.º

**Decisões operacionais e táticas**

A responsabilidade pelas decisões operacionais e táticas pertence a cada Parte e cada uma dessas decisões deverá observar os princípios e normas de direito internacional, bem como as respectivas legislações e procedimentos nacionais.

## Artigo 14.º

**Lei aplicável**

O funcionamento diário do Centro está sujeito ao direito do Estado anfitrião.

## Artigo 15.º

**Despesas**

- 1 — As despesas relacionadas com o orçamento do Centro, excluindo as despesas com os oficiais de ligação, serão financiadas e suportadas de forma igual pelas Partes no presente Acordo.  
 2 — A participação de uma das Partes em qualquer operação será voluntária. As Partes participantes em tal operação suportarão as suas próprias despesas.

- 3 — Poderá ser obtido financiamento adicional para o funcionamento e gestão do Centro junto da União Europeia ou de quaisquer outras entidades.

## Artigo 16.º

**Cooperação com outras entidades**

O Centro, sob a orientação estratégica do conselho executivo, pode cooperar com outras entidades que partilhem os seus objectivos relativos à supressão do tráfico ilícito de estupefacientes por mar e por ar.

## Artigo 17.º

**Avaliação**

Decorridos dois anos após a entrada em vigor do presente Acordo, o funcionamento do Centro será objecto de avaliação por uma comissão composta por um representante nomeado por cada uma das Partes.

## CAPÍTULO III

**Disposições finais**

## Artigo 18.º

**Obrigações internacionais**

Nada no presente Acordo deverá ser considerado como incompatível com quaisquer obrigações internacionais existentes que constem de outros acordos internacionais que vinculem as Partes.

## Artigo 19.º

**Solução de controvérsias**

Qualquer controvérsia resultante da interpretação ou da aplicação do presente Acordo será solucionada através de negociação ou por qualquer outro meio de resolução acordado pelas Partes.

## Artigo 20.º

**Depositário**

O Governo da República Portuguesa é o depositário do presente Acordo.

## Artigo 21.º

**Entrada em vigor**

- 1 — O presente Acordo está aberto à assinatura pela Irlanda, pelo Reino dos Países Baixos, pelo Reino de Espanha, pela República Italiana, pela República Portuguesa, pela República Francesa e pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte.  
 2 — Os Estados que tenham assinado o presente Acordo notificarão o depositário, por escrito e por via diplomática, da conclusão dos respectivos requisitos constitucionais nacionais necessários à expressão do seu consentimento em estar vinculado ao presente Acordo.  
 3 — O presente Acordo entrará em vigor 60 dias após a data de depósito da terceira notificação referida no n.º 2 do presente artigo.  
 4 — Para os outros Estados signatários, o presente Acordo entrará em vigor 60 dias após a data de depósito da notificação referida no n.º 2 do presente artigo.

## Artigo 22.º

## Adesão

1 — Após a sua entrada em vigor, o presente Acordo ficará aberto para adesão de qualquer Estado convidado para aderir por decisão unânime das Partes.

2 — O presente Acordo entrará em vigor para o Estado aderente 60 dias após a data do depósito do respectivo instrumento de adesão.

## Artigo 23.º

## Revisão

1 — O presente Acordo poderá ser objecto de revisão por mútuo consentimento escrito de todas as Partes.

2 — As emendas entrarão em vigor 60 dias após a data do depósito da notificação por todas as Partes, por escrito e por via diplomática, informando da conclusão dos requisitos nacionais de cada Parte.

## Artigo 24.º

## Aplicação provisória

Aquando da assinatura do presente Acordo, qualquer Estado pode declarar que o aplicará provisoriamente até ao momento da entrada em vigor do Acordo para esse Estado.

## Artigo 25.º

## Cessação de vigência e recesso

1 — As Partes poderão a qualquer momento, por mútuo consentimento, cessar a vigência do presente Acordo, devendo estabelecer a data a partir da qual as suas disposições deixarão de produzir efeitos.

2 — Decorridos dois anos da vigência do presente Acordo, qualquer das Partes poderá praticar o recesso mediante notificação ao depositário, por escrito e por via diplomática. O recesso produzirá efeitos seis meses após a recepção dessa notificação pelo depositário. O depositário informará as Partes da recepção de qualquer notificação desta natureza.

3 — Em caso de recesso por uma das Partes, essa suportará as despesas que lhe correspondem até à data em que o recesso produza efeitos.

4 — O Acordo cessará a sua vigência se o número de Partes for inferior a três.

5 — Não obstante a cessação da vigência ou o recesso, a informação e os dados transferidos ao abrigo do presente Acordo continuarão a ser protegidos em conformidade com as disposições do presente Acordo.

## Artigo 26.º

## Registo

Após a entrada em vigor do Acordo, o depositário transmiti-lo-á para registo ao Secretariado das Nações Unidas, nos termos do artigo 102.º da Carta das Nações Unidas.

Feito em Lisboa, em 30 de Setembro de 2007, nas línguas holandesa, inglesa, francesa, italiana, portuguesa e espanhola, sendo todos os textos igualmente autênticos.

Pela Irlanda:

*Brian Lenihan* T. D., Ministro da Justiça, da Igualdade e da Reforma Legislativa.

Pelo Reino dos Países Baixos:

*Ernst M. H. Hirsch Ballin*, Ministro da Justiça.

Pelo Reino de Espanha:

*Alfredo Pérez Rubalcaba*, Ministro do Interior.

Pela República Italiana:

*Giuliano Amato*, Ministro do Interior.

Pela República Portuguesa:

*Alberto Costa*, Ministro da Justiça.

Pela República Francesa:

*Michèle Alliot-Marie*, Ministra do Interior, do Ultramar e das Colectividades Territoriais.

Pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte:

*Vernon Coaker*, Secretário de Estado Parlamentar para a Redução do Crime, Ministério do Interior.

**ACUERDO ENTRE IRLANDA, EL REINO DE LOS PAÍSES BAJOS, EL REINO DE ESPAÑA, LA REPÚBLICA ITALIANA, LA REPÚBLICA PORTUGUESA, LA REPÚBLICA FRANCESA, Y EL REINO UNIDO DE GRAN BRETAÑA E IRLANDA DEL NORTE POR EL QUE SE CREA UN CENTRO DE ANÁLISIS Y OPERACIONES MARÍTIMAS EN MATERIA DE DROGAS.**

Las Partes en el presente Acuerdo:

Considerando que el análisis de las importaciones de drogas, en particular las importaciones de cocaína procedentes de Sudamérica con destino a Europa Occidental, ha puesto de manifiesto un aumento del tráfico ilícito de estas sustancias por mar y aire a través del Océano Atlántico hacia Europa y el litoral de África Occidental;

Preocupados por la dificultad para obtener información rápida que permita realizar intervenciones en este ámbito, tanto a escala europea como internacional, lo que supone una dificultad añadida para la eliminación del tráfico ilícito de drogas por mar en aguas internacionales y por aire, en el espacio aéreo internacional;

Destacando el marcado carácter internacional de este tipo de tráfico ilícito de drogas, en el que intervienen organizaciones delictivas que operan en distintos países con buques de matrícula diversa y tripulaciones de diferentes nacionalidades;

Considerando que muchos países no disponen de medios suficientes de control y de vigilancia aérea y marítima para realizar por sí solos la interdicción del tráfico ilícito de drogas por mar, a lo que se suman los problemas técnicos y jurídicos que plantea la interdicción marítima;

Teniendo en cuenta la iniciativa sobre la cocaína en el marco de la Planificación Estratégica Operativa Global para la Policía (PCTF COSPOL);

Teniendo también en cuenta la Evaluación sobre la Amenaza de la Delincuencia Organizada (OCTA) realizada por Europol, en la que se afirma que la lucha contra el tráfico de cocaína ha de ser una prioridad policial y se insta a abordar desde una perspectiva regional la lucha contra la delincuencia organizada internacional;

Vista la Estrategia de la Unión Europea en materia de drogas para el período 2005-2012, aprobada por el Consejo Europeo de 16 y 17 de diciembre de 2004;

Reafirmando las medidas existentes en virtud de la Convención única sobre estupefacientes de las Naciones

Unidas, adoptada en Nueva York el 30 de marzo de 1961, y enmendada por el Protocolo adoptado en Ginebra el 25 de marzo de 1972 y por el Protocolo adoptado en Nueva York el 8 de agosto de 1975; el Convenio sobre sustancias psicotrópicas, adoptado en Viena el 21 de febrero de 1971; la Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas, adoptada en Viena el 20 de diciembre de 1988; el Acuerdo del Consejo de Europa sobre el tráfico ilícito por mar, por el que se da aplicación al artículo 17 de la Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas, adoptado en Estrasburgo el 31 de enero de 1995; la Convención de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar, adoptada en Montego Bay el 10 de diciembre de 1982; el Convenio Europol de 26 de julio de 1995, las normas consuetudinarias del derecho internacional del mar y otros instrumentos jurídicos internacionales pertinentes;

Teniendo presente la cooperación entre Estados miembros de la UE y Estados no pertenecientes a la UE en la lucha contra el tráfico ilícito de drogas por mar y aire en el Océano Atlántico y la valiosa aportación de la Fuerza de Tarea Conjunta Interinstitucional (JIATF) Sur;

Unidos en una iniciativa regional denominada Centro de Análisis y Operaciones Marítimas en Materia de Drogas;

Y actuando de conformidad con las leyes y procedimientos nacionales respectivos de las Partes;

han convenido en lo siguiente:

## CAPÍTULO I

### Disposiciones generales

#### Artículo 1

##### Finalidad

1 — De conformidad con el presente Acuerdo, las Partes crean el Centro de Análisis y Operaciones Marítimas en Materia de Drogas, en adelante denominado «el Centro».

2 — Todas las Partes serán miembros del Centro. El Centro servirá de base para la cooperación multilateral entre las Partes en el ámbito de la lucha contra el tráfico ilícito de drogas por mar y aire.

#### Artículo 2

##### Ámbito de aplicación

1 — A través del Centro, las Partes cooperarán en la lucha contra el tráfico ilícito de drogas por mar y aire a través del Atlántico en dirección a Europa y al litoral de África Occidental, pudiendo hacer extensivas sus operaciones, entre otros lugares, a la cuenca del Mediterráneo Occidental, ámbito al que se aludirá como «zona de operaciones».

2 — A través del Centro, las Partes:

*a)* Recabarán y analizarán información que ayude a establecer cuáles son los mejores resultados operativos en relación con el tráfico ilícito de drogas por mar y aire en la zona de operaciones;

*b)* Mejorarán la inteligencia disponible mediante el intercambio de información entre ellas y, según proceda, con Europol;

*c)* Se esforzarán por determinar la disponibilidad de sus recursos y lo notificarán con antelación, cuando sea posible, para facilitar las operaciones de interdicción contra el tráfico ilícito de drogas por mar y aire.

#### Artículo 3

##### Capacidad jurídica

El Centro gozará de personalidad jurídica en el territorio de cada una de las Partes, lo que incluye la capacidad para celebrar contratos y adquirir y enajenar bienes muebles e inmuebles.

#### Artículo 4

##### Sede

El Centro tendrá su sede en Lisboa, Portugal, en adelante denominado «Estado anfitrión».

#### Artículo 5

##### Observadores

1 — Por decisión de la Junta Ejecutiva, y con las condiciones que la misma establezca, podrá invitarse a participar como observador a cualquier Estado u organización internacional que comparta los objetivos de las Partes en la lucha contra el tráfico ilícito de drogas por mar y aire.

2 — El intercambio con el observador de datos de carácter personal e información de otro tipo se regirá por lo dispuesto en el artículo 6 y se limitará a lo estrictamente necesario para la cooperación del observador en las actividades del Centro.

#### Artículo 6

##### Protección de datos de carácter personal y demás información facilitada por las Partes

1 — El tratamiento y la protección de los datos de carácter personal y demás información facilitada por las Partes se efectuarán con arreglo a las leyes nacionales de las Partes, al derecho comunitario y al derecho internacional vinculante para las Partes, incluido el Convenio para la protección de las personas con respecto al tratamiento automatizado de datos de carácter personal, adoptado en Estrasburgo el 28 de enero de 1981.

2 — Los datos de carácter personal y demás información facilitada por las Partes no podrán transmitirse a ningún tercer Estado o entidad sin el consentimiento previo de la instancia que facilitó la información, y no podrán utilizarse para fines distintos de aquellos para los que se transmitieron inicialmente.

## CAPÍTULO II

### Organización y funcionamiento del Centro

#### Artículo 7

##### Estructura

El Centro estará formado por una Junta Ejecutiva, un Director, los funcionarios de enlace y su personal propio.

#### Artículo 8

##### La Junta Ejecutiva

1 — La Junta Ejecutiva estará integrada por un representante de alto nivel de cada Parte, que no será funcionario de enlace del Centro.

2 — La Junta Ejecutiva se reunirá como mínimo dos veces al año.

3 — La Junta Ejecutiva desempeñará las siguientes funciones:

- a) Desarrollo de la dirección estratégica del Centro;
- b) Invitación y admisión de observadores, incluida la fijación de condiciones para dicha admisión;
- c) Creación de los comités necesarios;
- d) Adopción del Manual de Procedimiento y aprobación de cualesquiera modificaciones posteriores;
- e) Aprobación del presupuesto anual;
- f) Aprobación del informe anual;
- g) Nombramiento del Director del Centro.

4 — La Junta Ejecutiva elegirá a su presidente por un período de un año con carácter rotatorio.

5 — Todas las decisiones de la Junta Ejecutiva se adoptarán con el acuerdo unánime de las Partes.

### Artículo 9

#### El Director del Centro

1 — El Director del Centro será nombrado de entre las Partes por la Junta Ejecutiva para un período de dos años, que podrá prorrogarse otros dos años como máximo.

2 — El Director desempeñará las siguientes funciones:

- a) Dirigir el trabajo del Centro;
- b) Ejercer la representación exterior del Centro;
- c) Asistir a las reuniones de la Junta Ejecutiva sin derecho de voto;
- d) Elaborar el informe anual en el que se detallarán las actividades del Centro;
- e) Presentar el presupuesto anual del Centro y rendir cuentas del mismo;
- f) Aplicar las decisiones de la Junta Ejecutiva.

3 — El Estado anfitrión proporcionará al Director la protección y la ayuda necesarias.

### Artículo 10

#### Funcionarios de enlace

1 — Las Partes destinarán funcionarios de enlace al Centro.

2 — Los funcionarios de enlace tendrán acceso a los equipos, datos de carácter personal y bases de datos del Centro.

3 — Los funcionarios de enlace actuarán de conformidad con el Manual de Procedimiento, según lo dispuesto en el artículo 12.b).

4 — El Estado anfitrión proporcionará la protección y la ayuda necesarias a los funcionarios de enlace destinados en el Centro.

### Artículo 11

#### Personal

1 — Con la conformidad de la Junta Ejecutiva, el Director del Centro podrá contratar personal para desempeñar funciones administrativas, técnicas o de mantenimiento en el Centro.

2 — Dicho personal no participará en las funciones operativas del Centro.

### Artículo 12

#### Procedimientos

El Manual de Procedimiento que adoptará la Junta Ejecutiva con arreglo al artículo 8.3.d) contendrá lo siguiente:

- a) Los procedimientos de operación del Centro;
- b) Las funciones y responsabilidades de los funcionarios de enlace;
- c) Los protocolos para el intercambio y el tratamiento de la información, incluida su protección;
- d) Información complementaria sobre las funciones de la Junta Ejecutiva;
- e) Las funciones de cada uno de los comités que se creen en virtud del presente Acuerdo;
- f) Los procedimientos para la planificación y coordinación de las operaciones;
- g) La forma de realizar las notificaciones relacionadas con las reuniones de la Junta Ejecutiva;
- h) Las disposiciones presupuestarias y sobre comunicación de gastos a la Junta Ejecutiva; y
- i) Cualesquiera otros aspectos relacionados con las funciones del Centro.

### Artículo 13

#### Decisiones operativas y tácticas

Cada Parte asumirá la responsabilidad respecto de sus decisiones operativas y tácticas, todas las cuales deberán ajustarse a los principios y normas del derecho internacional, así como a las leyes y procedimientos nacionales respectivos.

### Artículo 14

#### Ley aplicable

El funcionamiento diario del Centro estará sujeto a la ley del Estado anfitrión.

### Artículo 15

#### Gastos

1 — Los gastos relacionados con el presupuesto del Centro, excluidos los de los funcionarios de enlace, serán financiados y sufragados a partes iguales por las Partes en el presente Acuerdo.

2 — La participación en cualquier operación del Centro será voluntaria. Las Partes que participen en una operación correrán con sus propios gastos.

3 — Podrán recabarse fondos complementarios para las operaciones y la administración del Centro de fuentes pertenecientes a la Unión Europea o de otras fuentes.

### Artículo 16

#### Cooperación con otras entidades

Con sujeción a la dirección estratégica de la Junta Ejecutiva, el Centro podrá cooperar con otras entidades que compartan sus objetivos en la lucha contra el tráfico ilícito de drogas por mar y aire.

### Artículo 17

#### Evaluación

Transcurridos dos años desde la entrada en vigor del presente Acuerdo, el funcionamiento del Centro será evaluado

por un comité formado por un representante designado por cada una de las Partes.

### CAPÍTULO III

#### Disposiciones finales

##### Artículo 18

###### Obligaciones internacionales

Nada de lo dispuesto en el presente Acuerdo se considerará incompatible con cualesquiera obligaciones internacionales contenidas en otros acuerdos internacionales que vinculen a las Partes.

##### Artículo 19

###### Solución de controversias

Todas las controversias que se deriven de la interpretación o aplicación del presente Acuerdo se resolverán mediante la negociación u otro medio de solución acordado por las Partes.

##### Artículo 20

###### Depositario

El depositario del presente Acuerdo será el Gobierno de la República Portuguesa.

##### Artículo 21

###### Entrada en vigor

1 — El presente Acuerdo quedará abierto a la firma de Irlanda, el Reino de los Países Bajos, el Reino de España, la República Italiana, la República Portuguesa, la República Francesa y el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte.

2 — Los Estados que hayan firmado el presente Acuerdo notificarán por escrito al Depositario, por conducto diplomático, el cumplimiento de los requisitos constitucionales internos necesarios para expresar su consentimiento en quedar vinculados por el presente Acuerdo.

3 — El presente Acuerdo entrará en vigor sesenta días después de la fecha de depósito de la tercera de las notificaciones a que se refiere el apartado 2 de este artículo.

4 — Para los demás Estados signatarios, el presente Acuerdo entrará en vigor sesenta días después de la fecha de depósito de la notificación a que se refiere el apartado 2 de este artículo.

##### Artículo 22

###### Adhesión

1 — Tras su entrada en vigor, el presente Acuerdo estará abierto a la adhesión de cualquier Estado que sea invitado a adherirse con el consentimiento unánime de las Partes.

2 — El presente Acuerdo entrará en vigor para cada Estado que se adhiera al mismo sesenta días después de la fecha de depósito de su respectivo instrumento de adhesión.

##### Artículo 23

###### Enmiendas

1 — El presente Acuerdo podrá ser enmendado con el consentimiento mutuo por escrito de todas las Partes.

2 — Las enmiendas entrarán en vigor sesenta días después de la fecha de depósito de la notificación por todas las Partes del cumplimiento de los requisitos nacionales de cada una de ellas, que deberá cursarse por escrito y por conducto diplomático.

##### Artículo 24

###### Aplicación provisional

En el momento de la firma del Acuerdo, cualquier Estado podrá declarar que aplicará lo dispuesto en el mismo con carácter provisional hasta su entrada en vigor en ese Estado.

##### Artículo 25

###### Terminación y retirada

1 — Las Partes podrán acordar mutuamente la terminación del presente Acuerdo en cualquier momento, fijando la fecha a partir de la cual dejarán de estar vigentes sus disposiciones.

2 — Transcurridos dos años de vigencia del presente Acuerdo, cualquier Parte podrá retirarse del mismo mediante notificación al Depositario por escrito y por conducto diplomático. La retirada surtirá efecto seis meses después de la fecha en que el Depositario reciba dicha notificación. El Depositario comunicará a las Partes la recepción de cualquier notificación en ese sentido.

3 — En caso de retirada de una Parte, ésta correrá con la parte que le corresponda de los gastos realizados hasta que la retirada surta efecto.

4 — El Acuerdo dejará de estar en vigor si el número de Partes llega a ser inferior a tres.

5 — No obstante la terminación o retirada del Acuerdo, toda la información y los datos cedidos en virtud del mismo seguirán protegiéndose con arreglo a las disposiciones en él establecidas.

##### Artículo 26

###### Registro

Tras la entrada en vigor del presente Acuerdo, el Depositario lo remitirá a la Secretaría de las Naciones Unidas para su registro, de conformidad con el artículo 102 de la Carta de las Naciones Unidas.

Hecho en Lisboa, el 30 de septiembre de 2007, en español, francés, inglés, italiano, neerlandés, y portugués, siendo todos los textos igualmente auténticos.

Por la Irlanda:

*Brian Lenihan* T. D., Ministro de Justicia, Igualdad y Reforma Legislativa.

Por el Reino de los Países Bajos:

*Ernst M. H. Hirsch Ballin*, Ministro de Justicia.

Por el Reino de España:

*Alfredo Pérez Rubalcaba*, Ministro del Interior.

Por la República Italiana:

*Giuliano Amato*, Ministro del Interior.

Por la República Portuguesa:

*Alberto Costa*, Ministro de Justicia.

Por la República Francesa:

*Michèle Alliot-Marie*, Ministra del Interior, de Ultramar y de las Colectividades Territoriales.

Por el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte:  
*Vernon Coaker*, Secretario de Estado Parlamentario para la Prevención del Crimen, Ministerio del Interior.

## MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Portaria n.º 133/2009

de 2 de Fevereiro

Através do Decreto-Lei n.º 248/2008, de 31 de Dezembro, foi criado o Fundo da Língua Portuguesa junto do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P., como um património autónomo desprovido de personalidade jurídica que visa promover a língua portuguesa como factor de desenvolvimento e combate à pobreza através do apoio a programas, projectos e actividades em países parceiros da cooperação portuguesa contabilizáveis como ajuda pública ao desenvolvimento.

O Decreto-Lei n.º 248/2008, de 31 de Dezembro, ao constituir o Fundo da Língua Portuguesa determina que o respectivo regulamento de gestão e funcionamento é aprovado por portaria conjunta dos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e de Estado e das Finanças, de forma a dar início à respectiva actividade.

Importa pois dar cumprimento à determinação acima referida, aprovando o Regulamento de Gestão e Funcionamento do Fundo da Língua Portuguesa que assenta num modelo de orientação estratégica conferida por uma comissão interministerial, com representantes dos membros do Governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros, finanças, educação, ciência e tecnologia e ensino superior, cultura e assuntos parlamentares, e gestão técnica do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P., em simultâneo, com a gestão da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, na vertente de financiamento.

Assim:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e de Estado e das Finanças, ao abrigo do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 248/2008, de 31 de Dezembro:

1.º É aprovado o Regulamento de Gestão e Funcionamento do Fundo da Língua Portuguesa, anexo à presente Portaria e que dela faz parte integrante.

2.º A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Em 23 de Janeiro de 2009.

O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

### REGULAMENTO DE GESTÃO DO FUNDO DA LÍNGUA PORTUGUESA

#### Artigo 1.º

##### Entidades gestoras

A gestão técnica e funcionamento do Fundo da Língua Portuguesa, adiante designado por Fundo, é assegurada pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P. (IPAD, I. P.), e pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), na vertente de financiamento, nos termos

do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 248/2008, de 31 de Dezembro, sem prejuízo das competências de orientação estratégica da comissão interministerial de acompanhamento.

#### Artigo 2.º

##### Composição e funcionamento da comissão interministerial de acompanhamento

1 — A comissão interministerial de acompanhamento mencionada no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 248/2008, de 31 de Dezembro, doravante designada comissão, é composta por representantes designados pelos seguintes membros do Governo:

- a) O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, que preside;
- b) O Ministro de Estado e das Finanças;
- c) A Ministra da Educação;
- d) O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- e) O Ministro da Cultura;
- f) O Ministro dos Assuntos Parlamentares.

2 — As reuniões ordinárias da comissão interministerial de acompanhamento são convocadas bimestralmente, em dia, hora e local a determinar pelo presidente da comissão com uma antecedência mínima de 15 dias.

3 — As reuniões extraordinárias têm lugar mediante convocação do presidente, por iniciativa própria ou por solicitação por escrito de dois terços dos membros que integram a comissão, com indicação expressa da proposta ordem do dia da reunião.

4 — A ordem do dia de cada reunião é estabelecida pelo presidente da comissão e comunicada aos restantes membros em simultâneo com a convocatória.

5 — Nas reuniões ordinárias e nas reuniões extraordinárias convocadas com a antecedência mínima de 15 dias, a comissão pode deliberar seja qual for o número de membros presentes.

6 — Nas reuniões extraordinárias convocadas com antecedência inferior a 15 dias, a comissão só poderá deliberar quando se encontrarem presentes dois terços dos seus membros e dois dos presentes forem obrigatoriamente os representantes dos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e de Estado e das Finanças.

7 — A comissão não pode recusar-se a deliberar sobre qualquer assunto que esteja incluído na ordem do dia e que conste das respectivas competências.

8 — As deliberações da comissão são tomadas por maioria de votos, cabendo ao presidente voto de qualidade.

#### Artigo 3.º

##### Competências da comissão interministerial de Acompanhamento

1 — À comissão interministerial de acompanhamento compete:

- a) Assegurar o cumprimento dos objectivos do Fundo através da aprovação dos respectivos planos anual e plurianual e relatório de actividades anual;
- b) Aprovar as acções a apoiar pelo Fundo, de acordo com o disposto nas alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 4.º

2 — A aprovação pela comissão das acções a apoiar pelo Fundo está dependente da emissão de parecer prévio e favorável do IPAD, I. P., quanto à respectiva contabiliza-



ção como ajuda pública ao desenvolvimento, sob pena de nulidade da correspondente deliberação da comissão.

#### Artigo 4.º

##### Gestão do Fundo

1 — Na vertente técnica da gestão do Fundo, compete ao presidente do IPAD, I. P.:

a) Propor, para deliberação da comissão interministerial de acompanhamento, as acções a apoiar pelo Fundo, incluindo programas anuais e plurianuais;

b) Identificar programas, projectos e actividades de promoção da língua portuguesa e propor a respectiva aprovação junto da comissão interministerial de acompanhamento;

c) Analisar todas as acções apresentadas por outras entidades públicas ou entidades privadas para obtenção de apoios a conceder pelo Fundo e propor a respectiva aprovação junto da comissão interministerial de acompanhamento;

d) Elaborar e propor anualmente para aprovação da comissão interministerial os planos anuais e plurianuais e relatório de actividades;

e) Decidir, e propor para homologação do membro do Governo da tutela, sobre os projectos ou actividades que constem dos programas anuais ou plurianuais, previamente aprovados pela comissão interministerial;

f) Decidir, e propor para homologação do membro do Governo da tutela, sobre os contratos destinados a associar entidades públicas ou privadas à realização dos objectivos do Fundo, em obediência ao disposto nos artigos 5.º e 6.º do Regulamento;

g) Estabelecer relações institucionais em nome do Fundo com entidades públicas ou privadas que possam apresentar projectos relevantes no quadro das prioridades definidas pela cooperação para o desenvolvimento.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, compete ainda ao presidente do IPAD, I. P. analisar e dar parecer prévio e vinculativo sobre todas as acções a apoiar pelo Fundo, quanto ao seu enquadramento das prioridades da cooperação portuguesa definidas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005, de 22 de Dezembro, e quanto à respectiva contabilização para efeitos de ajuda pública ao desenvolvimento, de acordo com as normas do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE.

3 — Na gestão, na vertente de financiamento, compete à DGTF proceder à gestão financeira do Fundo, aplicando as disponibilidades, maximizando a sua capitalização dentro dos limites impostos pelo princípio da unidade da tesouraria e de acordo com a programação financeira aprovada pela entidade gestora do Fundo na vertente técnica.

4 — No âmbito das atribuições referidas no número anterior, a DGTF submete anualmente um relatório sobre a gestão das disponibilidades do Fundo aos membros do Governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros e das finanças.

#### Artigo 5.º

##### Formalização dos actos de gestão

As competências previstas nas alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 4.º do presente Regulamento estão submetidas a homologação prévia do membro do Governo da tutela do IPAD, I. P.

#### Artigo 6.º

##### Activos e tipologia de projectos

O Fundo pode apoiar programas, projectos e acções que se incluam nos objectivos definidos no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei 248/2008, de 31 de Dezembro, e que contribuam para o aumento da ajuda pública ao desenvolvimento, de acordo com o parecer vinculativo do IPAD, I. P., emitido nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento.

#### Artigo 7.º

##### Entidades beneficiárias

1 — Podem beneficiar dos apoios concedidos pelo Fundo, nos termos e condições definidos no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 248/2008, de 31 de Dezembro, e no presente Regulamento, as seguintes entidades:

a) Pessoas colectivas de direito público;

b) Associações, fundações, organizações não governamentais de desenvolvimento e outras entidades de direito privado sem fins lucrativos.

2 — As entidades beneficiárias têm que demonstrar que possuem capacidade técnica e financeira para realizar os projectos que se propõem desenvolver.

#### Artigo 8.º

##### Fiscalização

Sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outros organismos, a fiscalização do Fundo é assegurada pela Inspeção-Geral de Finanças.

#### Artigo 9.º

##### Extinção do Fundo

Em caso de extinção do Fundo, o destino dos meios financeiros a este afectos, apurados após a respectiva liquidação, é determinado por despacho conjunto dos membros do Governo da área dos negócios estrangeiros e das finanças.

**MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO, DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.**

#### Portaria n.º 134/2009

de 2 de Fevereiro

A promoção da utilização de biocombustíveis nos transportes foi objecto do Decreto-Lei n.º 62/2006, de 21 de Março, o qual transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Maio.

Complementarmente, atendendo ao facto de os custos de produção dos biocombustíveis serem superiores aos custos de produção dos combustíveis de origem fóssil (gasóleo e

gasolina), o artigo 71.º-A do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aditado pelo Decreto-Lei n.º 66/2006, de 22 de Março, veio consagrar uma isenção do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) para os biocombustíveis, tendo o n.º 4 do referido artigo, na redacção dada pelo artigo 61.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro, passado a prever que o valor da isenção é fixado por portaria entre o limite mínimo de € 280 e o máximo de € 300 por cada 1000 l, no caso do biocombustível substituto do gasóleo, e entre o limite mínimo de € 400 e o máximo de € 420 por cada 1000 l, no caso do biocombustível substituto da gasolina.

A presente portaria, à semelhança do sucedido em relação ao ano de 2008, estabelece apenas o valor da isenção para o biocombustível substituto do gasóleo, dado que, no âmbito dos procedimentos previstos na Portaria n.º 1554-A/2007, de 7 de Dezembro, que regula o processo de atribuição das quotas de isenção, não foram atribuídas isenções a biocombustíveis substitutos da gasolina.

Mantém-se igualmente o enquadramento previsto para os pequenos produtores dedicados que venham a ser reconhecidos como tal, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 62/2006, de 21 de Março, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 206/2008, de 23 de Outubro, sendo que a isenção total de ISP de que beneficiam, ao abrigo do n.º 8 do artigo 71.º-A do Código dos Impostos Especiais de Consumo, dever-se-á, dentro do limite máximo global estabelecido, manter inalterada até ao final do calendário estabelecido para cumprimento das metas indicativas de incorporação dos biocombustíveis.

Considerando que o benefício fiscal está indexado às quantidades correspondentes às percentagens fixadas no n.º 7 do artigo 71.º-A aditado ao Código dos Impostos Especiais de Consumo pelo Decreto-Lei n.º 66/2006, de 22 de Março, e que o processo de autorização ou concurso para a atribuição de tais quantidades aos operadores económicos depende do cumprimento de vários requisitos, cuja apreciação envolve também a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre Consumo, considera-se que o benefício fiscal culmina todo este processo.

Assim:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nos termos do n.º 4 do artigo 71.º-A, aditado ao Código dos Impostos Especiais de Consumo pelo Decreto-Lei n.º 66/2006, de 22 de Março, o seguinte:

1.º O valor da isenção do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) para o biocombustível substituto do gasóleo é fixado em € 280 por cada 1000 l.

2.º A isenção total do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) aplicável às quantidades atribuídas aos pequenos produtores dedicados, nos termos do n.º 3 do artigo 2.º e do artigo 10.º da Portaria n.º 1554-A/2007, de 7 de Dezembro, vigora até 31 de Dezembro de 2010.

3.º O reconhecimento da isenção inicia-se com a decisão do processo de candidaturas a que se referem os n.ºs 9 e 10 do artigo 3.º da Portaria n.º 1554-A/2007, de 7 de Dezembro, sendo notificado aos operadores económicos pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

4.º O reconhecimento da isenção para os pequenos produtores dedicados é feito pelo despacho conjunto a que se

refere o n.º 6 do artigo 10.º da Portaria n.º 1554-A/2007, de 7 de Dezembro.

5.º A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Em 17 de Dezembro de 2008.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

### Decreto-Lei n.º 29/2009

de 2 de Fevereiro

O Decreto-Lei n.º 62/2008, de 31 de Março, transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2007/19/CE, da Comissão, de 2 de Abril, que altera a Directiva n.º 2002/72/CE, da Comissão, de 6 de Agosto, relativa aos materiais e objectos de matéria plástica destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios, e a Directiva n.º 85/572/CEE, do Conselho, de 19 de Dezembro, que fixa a lista dos simuladores a utilizar para verificar a migração dos constituintes dos materiais e objectos em matéria plástica destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios.

A Directiva n.º 2008/39/CE, da Comissão, de 6 de Março, veio alterar a Directiva n.º 2002/72/CE, da Comissão, de 6 de Agosto, ao incluir nas listas comunitárias de substâncias autorizadas novos monómeros e aditivos com base em novas informações relacionadas com a avaliação de risco, ao alterar para algumas substâncias as restrições e ou especificações já estabelecidas, ao definir a data em que a lista de aditivos se tornará lista positiva e ainda ao clarificar o papel da lista provisória de aditivos, que se encontra em fase de avaliação pela Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e está publicada no sítio da Internet da Comissão Europeia.

Importa, pois, proceder à transposição, para a ordem jurídica interna, da Directiva n.º 2008/39/CE, da Comissão, de 6 de Março, relativa aos materiais e objectos de matéria plástica destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios, alterando-se pela primeira vez o Decreto-Lei n.º 62/2008, de 31 de Março.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Objecto

O presente decreto-lei transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/39/CE, da Comissão, de 6 de Março, que altera a Directiva n.º 2002/72/CE, de 6 de Agosto, relativa aos materiais e objectos de matéria plástica destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios, e altera o Decreto-Lei n.º 62/2008, de 31 de Março.

Artigo 2.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 62/2008, de 31 de Março**

O artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 62/2008, de 31 de Março, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 6.º

[...]

1 — O anexo II ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, contém a lista comunitária de aditivos que podem ser utilizados no fabrico de materiais e objectos de matéria plástica, bem como as restrições e ou especificações relativas à sua utilização.

2 — .....

3 — .....»

Artigo 3.º

**Alteração aos anexos do Decreto-Lei n.º 62/2008, de 31 de Março**

A secção A do anexo I, as secções A e B do anexo II e o anexo V ao Decreto-Lei n.º 62/2008, de 31 de Março, passam a ter a seguinte redacção:

«ANEXO I

**Secção A**

[...]

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)
10030	...	.....	.....
10060	...	.....	.....
10090	...	.....	.....
10120	...	.....	.....
10150	...	.....	.....
10210	...	.....	.....
10599/90A	...	.....	.....
10599/91	...	.....	.....
10599/92A	...	.....	.....
10599/93	...	.....	.....
10630	...	.....	.....
10660	...	.....	.....
10690	...	.....	.....
10750	...	.....	.....
10780	...	.....	.....
10810	...	.....	.....
10840	...	.....	.....
11005	...	.....	.....
11245	...	.....	.....
11470	...	.....	.....
11500	...	.....	.....
11510	...	.....	.....
11530	...	.....	.....
11590	...	.....	.....
11680	...	.....	.....
11710	...	.....	.....
11830	...	.....	.....
11890	...	.....	.....
11980	...	.....	.....
12100	...	.....	.....
12130	...	.....	.....
12265	...	.....	.....
12280	...	.....	.....
12310	...	.....	.....
12340	...	.....	.....
12375	...	.....	.....
12670	...	.....	.....
12761	...	.....	.....
12763	...	.....	.....
12765	...	.....	.....
12786	...	.....	.....

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)
12788	...	.....	.....
12789	...	.....	.....
12820	...	.....	.....
12970	...	.....	.....
13000	...	.....	.....
13060	...	.....	.....
13075	...	.....	.....
13090	...	.....	.....
13150	...	.....	.....
13180	...	.....	.....
13210	...	.....	.....
13317	...	.....	.....
13323	...	.....	.....
13326	...	.....	.....
13380	...	.....	.....
13390	...	.....	.....
13395	...	.....	.....
13480	...	.....	.....
13510	...	.....	.....
13530	...	.....	.....
13550	...	.....	.....
13560	...	.....	.....
13600	...	.....	.....
13607	...	.....	.....
13610	...	.....	.....
13614	...	.....	.....
13617	...	.....	.....
13620	...	.....	.....
13630	...	.....	.....
13690	...	.....	.....
13720	...	.....	.....
13780	...	.....	.....
13810	...	.....	.....
13840	...	.....	.....
13870	...	.....	.....
13900	...	.....	.....
13932	...	.....	.....
14020	...	.....	.....
14110	...	.....	.....
14140	...	.....	.....
14170	...	.....	.....
14200	...	.....	.....
14230	...	.....	.....
14260	...	.....	.....
14320	...	.....	.....
14350	...	.....	.....
14380	...	.....	.....
14411	...	.....	.....
14500	...	.....	.....
14527	...	.....	.....
14530	...	.....	.....
14570	...	.....	.....
14650	...	.....	.....
14680	...	.....	.....
14710	...	.....	.....
14740	...	.....	.....
14770	...	.....	.....
14800	...	.....	.....
14841	...	.....	.....
14880	...	.....	.....
14950	...	.....	.....
15030	...	.....	.....
15070	...	.....	.....
15095	...	.....	.....
15100	...	.....	.....
15130	...	.....	.....
15250	...	.....	.....
15267	...	.....	.....
15272	...	.....	.....
15274	...	.....	.....
15310	...	.....	.....
15565	...	.....	.....
15610	...	.....	.....
15700	...	.....	.....
15760	...	.....	.....
15790	...	.....	.....

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações	Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)
15820	...	.....	.....	20050	...	.....	.....
15880	...	.....	.....	20080	...	.....	.....
15910	...	.....	.....	20110	...	.....	.....
15940	...	.....	.....	20140	...	.....	.....
15970	...	.....	.....	20170	...	.....	.....
16000	...	.....	.....	20260	...	.....	.....
16090	...	.....	.....	20410	...	.....	.....
16150	...	.....	.....	20440	...	.....	.....
16210	...	.....	.....	20530	...	.....	.....
16240	...	.....	.....	20590	...	.....	.....
16360	...	.....	.....	20890	...	.....	.....
16390	...	.....	.....	21010	...	.....	.....
16450	...	.....	.....	21100	...	.....	.....
16480	...	.....	.....	21130	...	.....	.....
16540	...	.....	.....	21190	...	.....	.....
16570	...	.....	.....	21280	...	.....	.....
16600	...	.....	.....	21340	...	.....	.....
16630	...	.....	.....	21370	...	.....	.....
16650	...	.....	.....	21400	...	.....	.....
16660	...	.....	.....	21460	...	.....	.....
16690	...	.....	.....	21490	...	.....	.....
16694	...	.....	.....	21520	...	.....	.....
16697	...	.....	.....	21550	...	.....	.....
16704	...	.....	.....	21640	...	.....	.....
16750	...	.....	.....	21730	...	.....	.....
16780	...	.....	.....	21765	...	.....	.....
16950	...	.....	.....	21821	...	.....	.....
16955	...	.....	.....	21940	...	.....	.....
16960	...	.....	.....	21970	...	.....	.....
16990	...	.....	.....	22150	...	.....	.....
17005	...	.....	.....	22210	...	.....	.....
17020	...	.....	.....	22331	...	.....	.....
17050	...	.....	.....	22332	...	.....	.....
17110	...	.....	.....	22350	...	.....	.....
17160	...	.....	.....	22360	...	.....	.....
17170	...	.....	.....	22390	...	.....	.....
17200	...	.....	.....	22420	...	.....	.....
17230	...	.....	.....	22437	...	.....	.....
17260	...	.....	.....	22450	...	.....	.....
17290	...	.....	.....	22480	...	.....	.....
17530	...	.....	.....	22550	...	.....	.....
18010	...	.....	.....	22570	...	.....	.....
18070	...	.....	.....	22600	...	.....	.....
18100	...	.....	.....	22660	...	.....	.....
18220	...	.....	.....	22763	...	.....	.....
18250	...	.....	.....	22775	...	.....	.....
18280	...	.....	.....	22778	...	.....	.....
18310	...	.....	.....	22780	...	.....	.....
18430	...	.....	.....	22840	...	.....	.....
18460	...	.....	.....	22870	...	.....	.....
18640	...	.....	.....	22900	...	.....	.....
18670	...	.....	.....	22932	...	.....	.....
18700	...	.....	.....	22937	...	.....	.....
18820	...	.....	.....	22960	...	.....	.....
18867	...	.....	.....	23050	...	.....	.....
18880	...	.....	.....	23070	...	.....	.....
18896	...	.....	.....	23155	...	.....	.....
18897	...	.....	.....	23170	...	.....	.....
18898	...	.....	.....	23175	...	.....	.....
19000	...	.....	.....	23187	...	.....	.....
19060	...	.....	.....	23200	...	.....	.....
19110	...	.....	.....	23230	...	.....	.....
19150	000121-91-5	Ácido isoftálico	LME(T)= 5 mg/kg (44).	23380	...	.....	.....
19210	...	.....	.....	23470	...	.....	.....
19243	...	.....	.....	23500	...	.....	.....
19270	...	.....	.....	23547	...	.....	.....
19460	...	.....	.....	23590	...	.....	.....
19470	...	.....	.....	23651	...	.....	.....
19480	...	.....	.....	23740	...	.....	.....
19490	...	.....	.....	23770	...	.....	.....
19510	...	.....	.....	23800	...	.....	.....
19540	...	.....	.....	23830	...	.....	.....
19960	...	.....	.....	23860	...	.....	.....
19975	...	.....	.....	23890	...	.....	.....
19990	...	.....	.....	23920	...	.....	.....
20020	...	.....	.....	23950	...	.....	.....

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)
23980	...	.....	.....
24010	...	.....	.....
24051	...	.....	.....
24057	...	.....	.....
24070	...	.....	.....
24072	...	.....	.....
24073	...	.....	.....
24100	...	.....	.....
24130	...	.....	.....
24160	...	.....	.....
24190	...	.....	.....
24250	...	.....	.....
24270	...	.....	.....
24280	...	.....	.....
24430	...	.....	.....
24475	...	.....	.....
24490	...	.....	.....
24520	...	.....	.....
24540	...	.....	.....
24550	...	.....	.....
24610	...	.....	.....
24760	...	.....	.....
24820	...	.....	.....
24850	...	.....	.....
24880	...	.....	.....
24886	...	.....	.....
24887	...	.....	.....
24888	...	.....	.....
24903	...	.....	.....
24910	...	.....	.....
24940	...	.....	.....
24970	...	.....	.....
25080	...	.....	.....
25090	...	.....	.....
25120	...	.....	.....
25150	...	.....	.....
25180	...	.....	.....
25210	...	.....	.....
25240	...	.....	.....
25270	...	.....	.....
25360	-	.....	.....
25380	-	.....	.....
25385	...	.....	.....
25420	...	.....	.....
25450	...	.....	.....
25510	...	.....	.....
25540	...	.....	.....
25550	...	.....	.....
25600	...	.....	.....
25840	...	.....	.....
25900	...	.....	.....
25910	...	.....	.....
25927	...	.....	.....
25960	...	.....	.....
26050	...	.....	.....
26110	...	.....	.....
26140	...	.....	.....
26155	...	.....	.....
26170	...	.....	.....
26320	...	.....	.....
26360	...	.....	.....

ANEXO II

Secção A

[...]

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)
30000	...	.....	.....
30045	...	.....	.....

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)
30080	...	.....	.....
30140	...	.....	.....
30280	...	.....	.....
30295	...	.....	.....
30340	(Revogado.)	.....	.....
30370	-	.....	.....
30401	-	.....	.....
30610	-	.....	.....
30612	-	.....	.....
30960	-	.....	.....
31328	-	.....	.....
31530	...	.....	.....
31542	...	.....	.....
31730	...	.....	.....
33120	-	.....	.....
33350	-	.....	.....
33801	-	.....	.....
34240	-	.....	.....
34281	-	.....	.....
34475	-	.....	.....
34480	-	.....	.....
34560	...	.....	.....
34690	...	.....	.....
34720	...	.....	.....
34850	...	.....	.....
34895	...	.....	.....
35120	...	.....	.....
35160	...	.....	.....
35170	...	.....	.....
35284	...	.....	.....
35320	...	.....	.....
35440	...	.....	.....
35600	...	.....	.....
35840	...	.....	.....
35845	...	.....	.....
36000	...	.....	.....
36080	...	.....	.....
36160	...	.....	.....
36640	...	.....	.....
36840	...	.....	.....
36880	...	.....	.....
36960	...	.....	.....
37040	...	.....	.....
37280	...	.....	.....
37360	...	.....	.....
37600	...	.....	.....
37680	...	.....	.....
37840	...	.....	.....
38080	...	.....	.....
38160	...	.....	.....
38510	...	.....	.....
38515	...	.....	.....
38810	...	.....	.....
38840	...	.....	.....
38879	...	.....	.....
38885	...	.....	.....
38950	...	.....	.....
39200	...	.....	.....
39680	...	.....	.....
39815	182121-12-6	9,9-Bis(meto-xime- til)fluoreno.	LME = 0,05 mg/kg.
39890	...	.....	.....
39925	...	.....	.....
40120	...	.....	.....
40320	...	.....	.....
40400	...	.....	.....
40570	...	.....	.....
40580	...	.....	.....
41040	...	.....	.....
41120	...	.....	.....
41280	...	.....	.....
41520	...	.....	.....
41600	...	.....	.....
41680	...	.....	.....
41760	...	.....	.....
41840	...	.....	.....

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações	Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)
41960	...	.....		55190	...	.....	
42080	...	.....		55440	...	.....	
42160	...	.....		55520	-	.....	
42320	...	.....		55600	-	.....	
42500	-	.....		55680	...	.....	
42640	...	.....		55920	...	.....	
42720	...	.....		56020	...	.....	
42800	...	.....		56360	-	.....	
42880	...	.....		56486	-	.....	
42960	...	.....		56487	-	.....	
43200	-	.....		56490	-	.....	
43280	...	.....		56495	-	.....	
43300	...	.....		56500	-	.....	
43360	...	.....		56510	-	.....	
43440	...	.....		56520	-	.....	
43480	...	.....		56535	-	.....	
43515	-	.....		56540	-	.....	
44160	...	.....		56550	-	.....	
44640	...	.....		56570	-	.....	
45195	...	.....		56580	-	.....	
45200	...	.....		56585	-	.....	
45280	-	.....		56610	...	.....	
45450	...	.....		56720	...	.....	
45560	...	.....		56800	...	.....	
45600	...	.....		56880	...	.....	
45640	...	.....		57040	-	.....	
45705	...	.....		57120	-	.....	
45760	...	.....		57200	-	.....	
45920	...	.....		57280	-	.....	
45940	...	.....		57600	-	.....	
46070	...	.....		57680	-	.....	
46080	...	.....		57800	...	.....	
46375	...	.....		57920	...	.....	
46380	...	.....		58300	-	.....	
46480	...	.....		58320	...	.....	
46700	-	.....		58400	...	.....	
46720	...	.....		58480	...	.....	
46790	...	.....		58720	...	.....	
46800	...	.....		59280	...	.....	
46870	...	.....		59360	...	.....	
46880	...	.....		59760	...	.....	
47210	...	.....		59990	...	.....	
47440	...	.....		60030	...	.....	
47540	...	.....		60080	...	.....	
47680	...	.....		60160	...	.....	
48460	...	.....		60180	...	.....	
48620	...	.....		60200	...	.....	
48720	...	.....		60240	...	.....	
49485	...	.....		60480	...	.....	
49540	...	.....		60560	...	.....	
51200	...	.....		60880	...	.....	
51700	...	.....		61120	...	.....	
51760	...	.....		61390	...	.....	
52640	...	.....		61680	...	.....	
52645	...	.....		61800	...	.....	
52720	...	.....		61840	...	.....	
52730	...	.....		62020	...	.....	
52800	...	.....		62140	...	.....	
53270	...	.....		62240	...	.....	
53280	...	.....		62245	...	.....	
53360	...	.....		62450	...	.....	
53440	...	.....		62640	...	.....	
53520	...	.....		62720	...	.....	
53600	...	.....		62800	-	.....	
53610	...	.....		62960	...	.....	
53650	...	.....		63040	...	.....	
54005	...	.....		63280	...	.....	
54260	...	.....		63760	...	.....	
54270	-	.....		63840	...	.....	
54280	-	.....		63920	...	.....	
54300	...	.....		64015	...	.....	
54450	-	.....		64150	...	.....	
54480	-	.....		64500	-	.....	
54930	...	.....		64640	...	.....	
55040	...	.....		64720	...	.....	
55120	...	.....		64800	...	.....	

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações	Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)
64990	...	.....	.....	79200	...	.....	
65020	...	.....	.....	79280	...	.....	
65040	...	.....	.....	79360	...	.....	
65520	...	.....	.....	79440	...	.....	
65920	...	.....	.....	79600	...	.....	
66200	...	.....	.....	79920	...	.....	.....
66240	...	.....	.....	80000	...	.....	
66560	...	.....	.....	80240	...	.....	
66580	...	.....	.....	80640	-	.....	
66640	...	.....	.....	80720	...	.....	
66695	-	.....	.....	80800	...	.....	
66700	...	.....	.....	81060	...	.....	
66755	002682-20-4	2-Metil-4-isotiazolín-3-ona.	LME = 0,5 mg/kg. A utilizar apenas em dispersões e emulsões aquosas de polímeros e em concentrações que não resultem num efeito antimicrobiano à superfície do polímero ou no próprio alimento.	81220	...	.....	.....
				81500	...	.....	.....
				81515	...	.....	.....
				81520	...	.....	.....
				81600	...	.....	.....
				81760	-	.....	.....
				81840	...	.....	.....
				81882	...	.....	.....
				82000	...	.....	.....
				82080	...	.....	.....
				82240	...	.....	.....
66905	...	.....	.....	82400	...	.....	.....
66930	...	.....	.....	82560	...	.....	.....
67120	...	.....	.....	82720	...	.....	.....
67155	-	.....	.....	82800	...	.....	.....
67180	-	.....	.....	82960	...	.....	.....
67200	...	.....	.....	83120	...	.....	.....
67840	-	.....	.....	83300	...	.....	.....
67850	...	.....	.....	83320	-	.....	.....
67891	...	.....	.....	83325	-	.....	.....
68040	...	.....	.....	83330	-	.....	.....
68078	...	.....	.....	83440	...	.....	.....
68125	...	.....	.....	83455	...	.....	.....
68145	...	.....	.....	83460	...	.....	.....
68960	...	.....	.....	83470	...	.....	.....
69040	...	.....	.....	83599	...	.....	.....
69760	...	.....	.....	83610	...	.....	.....
69920	...	.....	.....	83840	...	.....	.....
70000	...	.....	.....	84000	...	.....	.....
70240	...	.....	.....	84080	...	.....	.....
70400	...	.....	.....	84210	...	.....	.....
71020	...	.....	.....	84240	...	.....	.....
71440	...	.....	.....	84320	...	.....	.....
71600	...	.....	.....	84400	...	.....	.....
71635	...	.....	.....	84560	...	.....	.....
71670	...	.....	.....	84640	...	.....	.....
71680	...	.....	.....	85360	...	.....	.....
71720	...	.....	.....	85601	-	.....	.....
71960	...	.....	.....	85610	-	.....	.....
72640	...	.....	.....	85680	...	.....	.....
73160	-	.....	.....	85840	...	.....	.....
73720	...	.....	.....	86000	-	.....	.....
74010	...	.....	.....	86160	...	.....	.....
74240	...	.....	.....	86240	...	.....	.....
74480	...	.....	.....	86285	-	.....	.....
74560	...	.....	.....	86560	...	.....	.....
74640	...	.....	.....	86720	...	.....	.....
74880	...	.....	.....	87040	...	.....	.....
75100	...	.....	.....	87200	...	.....	.....
75105	...	.....	.....	87280	...	.....	.....
76320	...	.....	.....	87520	...	.....	.....
76415	...	.....	.....	87600	...	.....	.....
76721	...	.....	.....	87680	...	.....	.....
76730	-	.....	.....	87760	...	.....	.....
76815	-	.....	.....	87840	...	.....	.....
76845	...	.....	.....	87920	...	.....	.....
76866	-	.....	.....	88080	...	.....	.....
76960	...	.....	.....	88160	...	.....	.....
77370	...	.....	.....	88240	...	.....	.....
77600	...	.....	.....	88320	...	.....	.....
77702	-	.....	.....	88600	...	.....	.....
77895	...	.....	.....	88640	...	.....	.....
79040	...	.....	.....	88800	...	.....	.....
79120	...	.....	.....	88880	...	.....	.....

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)
88960	...	.....	.....
89040	...	.....	.....
89200	...	.....	.....
89440	-	.....	.....
90720	...	.....	.....
90800	...	.....	.....
90960	...	.....	.....
91200	...	.....	.....
91360	...	.....	.....
91840	...	.....	.....
91920	...	.....	.....
92030	...	.....	.....
92080	...	.....	.....
92150	...	.....	.....
92160	...	.....	.....
92195	-	.....	.....
92205	...	.....	.....
92350	...	.....	.....
92640	...	.....	.....
92700	...	.....	.....
92930	...	.....	.....
93440	...	.....	.....
93520	...	.....	.....
93680	...	.....	.....
93720	...	.....	.....
93760	...	.....	.....
94320	...	.....	.....
94960	...	.....	.....
95000	...	.....	.....
95020	...	.....	.....
95200	...	.....	.....
95270	...	.....	.....
95420	...	.....	.....
95725	...	.....	.....
95855	...	.....	.....
95859	-	.....	.....
95883	-	.....	.....
95905	...	.....	.....
95920	-	.....	.....
95935	...	.....	.....
96190	...	.....	.....
96240	...	.....	.....
96320	...	.....	.....

**Secção B**

[...]

Número PM/REF	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)
30180	...	.....	.....
31500	...	.....	.....
31520	...	.....	.....
31920	...	.....	.....
34230	-	.....	.....
34650	...	.....	.....
35760	...	.....	.....
36720	...	.....	.....
36800	...	.....	.....
38000	...	.....	.....
38240	...	.....	.....
38505	...	.....	.....
38560	...	.....	.....
38700	...	.....	.....
38800	...	.....	.....
38820	...	.....	.....
38940	...	.....	.....
39060	...	.....	.....
39090	-	.....	.....
39120	-	.....	.....
40000	...	.....	.....
40020	...	.....	.....

Número PM/REF	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)
40160	...	.....	.....
40720	...	.....	.....
40800	...	.....	.....
40980	...	.....	.....
42000	...	.....	.....
42400	...	.....	.....
42480	...	.....	.....
43600	...	.....	.....
43680	...	.....	.....
44960	...	.....	.....
45440	-	.....	.....
45650	...	.....	.....
46640	...	.....	.....
47500	...	.....	.....
47600	...	.....	.....
48640	...	.....	.....
48800	...	.....	.....
48880	...	.....	.....
49595	...	.....	.....
49600	...	.....	.....
49840	...	.....	.....
50160	-	.....	.....
50240	...	.....	.....
50320	...	.....	.....
50360	-	.....	.....
50400	...	.....	.....
50480	...	.....	.....
50560	-	.....	.....
50640	...	.....	.....
50720	...	.....	.....
50800	-	.....	.....
50880	-	.....	.....
50960	...	.....	.....
51040	...	.....	.....
51120	-	.....	.....
51570	...	.....	.....
51680	...	.....	.....
52000	...	.....	.....
52320	...	.....	.....
52880	...	.....	.....
53200	...	.....	.....
54880	...	.....	.....
55200	...	.....	.....
55280	...	.....	.....
55360	...	.....	.....
58960	...	.....	.....
59120	...	.....	.....
59200	...	.....	.....
60320	...	.....	.....
60400	...	.....	.....
60800	...	.....	.....
61280	...	.....	.....
61360	...	.....	.....
61440	...	.....	.....
61600	...	.....	.....
63200	...	.....	.....
64320	...	.....	.....
63940	...	.....	.....
65120	...	.....	.....
65200	...	.....	.....
65280	...	.....	.....
65360	...	.....	.....
65440	-	.....	.....
66350	...	.....	.....
66360	...	.....	.....
66400	...	.....	.....
66480	...	.....	.....
67360	...	.....	.....
67515	...	.....	.....
67520	...	.....	.....
67600	-	.....	.....
67680	...	.....	.....
67760	...	.....	.....
67896	...	.....	.....
68320	...	.....	.....
68400	...	.....	.....



Número PM/REF	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)
68860	...	.....	.....
69160	...	.....	.....
69840	...	.....	.....
71935	...	.....	.....
72081/10	-	Resinas de hidro-carbonetos de petróleo (hidrogenadas).	Em conformidade com as especificações mencionadas no anexo IV.
72160	...	.....	.....
72800	...	.....	.....
73040	...	.....	.....
73120	...	.....	.....
74400	-	.....	.....
77440	-	.....	.....
77520	...	.....	.....
78320	...	.....	.....
81200	...	.....	.....
81680	...	.....	.....
82020	...	.....	.....
83595	...	.....	.....
83700	...	.....	.....
84800	...	.....	.....
84880	...	.....	.....
85760	...	.....	.....
85920	...	.....	.....
85950	...	.....	.....
86480	...	.....	.....
86800	...	.....	.....
86880	-	.....	.....
86920	...	.....	.....
86960	...	.....	.....
87120	...	.....	.....
89170	...	.....	.....
92000	...	.....	.....
92320	-	.....	.....
92560	...	.....	.....
92800	...	.....	.....
92880	...	.....	.....
93120	...	.....	.....
93280	...	.....	.....
93970	-	.....	.....
94400	...	.....	.....
94560	...	.....	.....
95265	...	.....	.....
95280	...	.....	.....
95360	...	.....	.....
95600	...	.....	.....

ANEXO V

[...]

- (1) [...]
- (2) [...]
- (3) [...]
- (4) [...]
- (5) [...]
- (6) [...]
- (7) [...]
- (8) [...]
- (9) [...]
- (10) [...]
- (11) [...]
- (12) [...]
- (13) [...]
- (14) [...]
- (15) [...]
- (16) [...]
- (17) [...]
- (18) [...]
- (19) [...]

- (20) [...]
- (21) [...]
- (22) [...]
- (23) [...]
- (24) [...]
- (25) [...]
- (26) [...]
- (27) [...]
- (28) [...]
- (29) [...]
- (30) [...]
- (31) [...]
- (32) [...]
- (33) [...]
- (34) [...]
- (35) [...]
- (36) Neste caso concreto, o LME(T) significa que a restrição não pode ser ultrapassada pelo somatório da migração das substâncias mencionadas com os n.ºs ref.: 10690, 10750, 10780, 10810, 10840, 11470, 11590, 11680, 11710, 11830, 11890, 11980, 31500 e 76463.
- (37) [...]
- (38) [...]
- (39) [...]
- (40) [...]
- (41) [...]
- (42) [...]
- (43) [...]

Artigo 4.º

Aditamento ao Decreto-Lei n.º 62/2008, de 31 de Março

Ao artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 62/2008, de 31 de Março, é aditado o n.º 4 com a seguinte redacção:

«Artigo 7.º

[...]

4 — Um aditivo é retirado da lista provisória quando:

- a) For incluído na lista comunitária de aditivos;
- b) A Comissão tomar a decisão de não o incluir na lista comunitária de aditivos;
- c) A Autoridade solicitar informações suplementares, durante o exame dos dados, e não forem apresentadas nos prazos fixados pela Autoridade.»

Artigo 5.º

Aditamento aos anexos do Decreto-Lei n.º 62/2008, de 31 de Março

À secção A do anexo I, às secções A e B do anexo II, à parte B do anexo IV e aos anexos V e IX do Decreto-Lei n.º 62/2008, de 31 de Março, é aditado o seguinte:

ANEXO I

Secção A

[...]

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)
10030	...	.....	.....
10060	...	.....	.....
10090	...	.....	.....

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações	Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)
10120	...	.....	.....	14110	...	.....	.....
10150	...	.....	.....	14140	...	.....	.....
10210	...	.....	.....	14170	...	.....	.....
10599/90A	...	.....	.....	14200	...	.....	.....
10599/91	...	.....	.....	14230	...	.....	.....
10599/92A	...	.....	.....	14260	...	.....	.....
10599/93	...	.....	.....	14320	...	.....	.....
10630	...	.....	.....	14350	...	.....	.....
10660	...	.....	.....	14380	...	.....	.....
10690	...	.....	.....	14411	...	.....	.....
10750	...	.....	.....	14500	...	.....	.....
10780	...	.....	.....	14527	...	.....	.....
10810	...	.....	.....	14530	...	.....	.....
10840	...	.....	.....	14570	...	.....	.....
11005	...	.....	.....	14650	...	.....	.....
11245	...	.....	.....	14680	...	.....	.....
11470	...	.....	.....	14710	...	.....	.....
11500	...	.....	.....	14740	...	.....	.....
11510	...	.....	.....	14770	...	.....	.....
11530	...	.....	.....	14800	...	.....	.....
11590	...	.....	.....	14841	...	.....	.....
11680	...	.....	.....	14880	...	.....	.....
11710	...	.....	.....	14950	...	.....	.....
11830	...	.....	.....	15030	...	.....	.....
11890	...	.....	.....	15070	...	.....	.....
11980	...	.....	.....	15095	...	.....	.....
12100	...	.....	.....	15100	...	.....	.....
12130	...	.....	.....	15130	...	.....	.....
12265	...	.....	.....	15250	...	.....	.....
12280	...	.....	.....	15267	...	.....	.....
12310	...	.....	.....	15272	...	.....	.....
12340	...	.....	.....	15274	...	.....	.....
12375	...	.....	.....	15310	...	.....	.....
12670	...	.....	.....	15404	000652-67-5	1,4:3, 6- Dianidrossorbitol.	LME = 5 mg/kg. A utilizar apenas como co-monómero em poli(etileno-co-iso-sorbida tereftalato).
12761	...	.....	.....	15565	...	.....	.....
12763	...	.....	.....	15610	...	.....	.....
12765	...	.....	.....	15700	...	.....	.....
12786	...	.....	.....	15760	...	.....	.....
12788	...	.....	.....	15790	...	.....	.....
12789	...	.....	.....	15820	...	.....	.....
12820	...	.....	.....	15880	...	.....	.....
12970	...	.....	.....	15910	...	.....	.....
13000	...	.....	.....	15940	...	.....	.....
13060	...	.....	.....	15970	...	.....	.....
13075	...	.....	.....	16000	...	.....	.....
13090	...	.....	.....	16090	...	.....	.....
13150	...	.....	.....	16150	...	.....	.....
13180	...	.....	.....	16210	...	.....	.....
13210	...	.....	.....	16240	...	.....	.....
13317	...	.....	.....	16360	...	.....	.....
13323	...	.....	.....	16390	...	.....	.....
13326	...	.....	.....	16450	...	.....	.....
13380	...	.....	.....	16480	...	.....	.....
13390	...	.....	.....	16540	...	.....	.....
13395	...	.....	.....	16570	...	.....	.....
13480	...	.....	.....	16600	...	.....	.....
13510	...	.....	.....	16630	...	.....	.....
13530	...	.....	.....	16650	...	.....	.....
13550	...	.....	.....	16660	...	.....	.....
13560	...	.....	.....	16690	...	.....	.....
13600	...	.....	.....	16694	...	.....	.....
13607	...	.....	.....	16697	...	.....	.....
13610	...	.....	.....	16704	...	.....	.....
13614	...	.....	.....	16750	...	.....	.....
13617	...	.....	.....	16780	...	.....	.....
13620	...	.....	.....	16950	...	.....	.....
13630	...	.....	.....	16955	...	.....	.....
13690	...	.....	.....	16960	...	.....	.....
13720	...	.....	.....	16990	...	.....	.....
13780	...	.....	.....	17005	...	.....	.....
13810	...	.....	.....	17020	...	.....	.....
13840	...	.....	.....	17050	...	.....	.....
13870	...	.....	.....				
13900	...	.....	.....				
13932	...	.....	.....				
14020	...	.....	.....				

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações	Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)
17110	...	.....	.....	22210	...	.....	.....
17160	...	.....	.....	22331	...	.....	.....
17170	...	.....	.....	22332	...	.....	.....
17200	...	.....	.....	22350	...	.....	.....
17230	...	.....	.....	22360	...	.....	.....
17260	...	.....	.....	22390	...	.....	.....
17290	...	.....	.....	22420	...	.....	.....
17530	...	.....	.....	22437	...	.....	.....
18010	...	.....	.....	22450	...	.....	.....
18070	...	.....	.....	22480	...	.....	.....
18100	...	.....	.....	22550	...	.....	.....
18220	...	.....	.....	22570	...	.....	.....
18250	...	.....	.....	22600	...	.....	.....
18280	...	.....	.....	22660	...	.....	.....
18310	...	.....	.....	22763	...	.....	.....
18430	...	.....	.....	22775	...	.....	.....
18460	...	.....	.....	22778	...	.....	.....
18640	...	.....	.....	22780	...	.....	.....
18670	...	.....	.....	22840	...	.....	.....
18700	...	.....	.....	22870	...	.....	.....
18820	...	.....	.....	22900	...	.....	.....
18867	...	.....	.....	22932	...	.....	.....
18880	...	.....	.....	22937	...	.....	.....
18896	...	.....	.....	22960	...	.....	.....
18897	...	.....	.....	23050	...	.....	.....
18898	...	.....	.....	23070	...	.....	.....
19000	...	.....	.....	23155	...	.....	.....
19060	...	.....	.....	23170	...	.....	.....
19110	...	.....	.....	23175	...	.....	.....
19150	...	.....	.....	23187	...	.....	.....
19180	000099-63-8	Dicloreto do ácido isoftálico.	LME(T) = 5 mg/kg (44) (expresso como ácido isoftálico).	23200	...	.....	.....
19210	...	.....	.....	23230	...	.....	.....
19243	...	.....	.....	23380	...	.....	.....
19270	...	.....	.....	23470	...	.....	.....
19460	...	.....	.....	23500	...	.....	.....
19470	...	.....	.....	23547	...	.....	.....
19480	...	.....	.....	23590	...	.....	.....
19490	...	.....	.....	23651	...	.....	.....
19510	...	.....	.....	23740	...	.....	.....
19540	...	.....	.....	23770	...	.....	.....
19960	...	.....	.....	23800	...	.....	.....
19975	...	.....	.....	23830	...	.....	.....
19990	...	.....	.....	23860	...	.....	.....
20020	...	.....	.....	23890	...	.....	.....
20050	...	.....	.....	23920	...	.....	.....
20080	...	.....	.....	23950	...	.....	.....
20110	...	.....	.....	23980	...	.....	.....
20140	...	.....	.....	24010	...	.....	.....
20170	...	.....	.....	24051	...	.....	.....
20260	...	.....	.....	24057	...	.....	.....
20410	...	.....	.....	24070	...	.....	.....
20440	...	.....	.....	24072	...	.....	.....
20530	...	.....	.....	24073	...	.....	.....
20590	...	.....	.....	24100	...	.....	.....
20890	...	.....	.....	24130	...	.....	.....
21010	...	.....	.....	24160	...	.....	.....
21100	...	.....	.....	24190	...	.....	.....
21130	...	.....	.....	24250	...	.....	.....
21190	...	.....	.....	24270	...	.....	.....
21280	...	.....	.....	24280	...	.....	.....
21340	...	.....	.....	24430	...	.....	.....
21370	...	.....	.....	24475	...	.....	.....
21400	...	.....	.....	24490	...	.....	.....
21460	...	.....	.....	24520	...	.....	.....
21490	...	.....	.....	24540	...	.....	.....
21520	...	.....	.....	24550	...	.....	.....
21550	...	.....	.....	24610	...	.....	.....
21640	...	.....	.....	24760	...	.....	.....
21730	...	.....	.....	24820	...	.....	.....
21765	...	.....	.....	24850	...	.....	.....
21821	...	.....	.....	24880	...	.....	.....
21940	...	.....	.....	24886	...	.....	.....
21970	...	.....	.....	24887	...	.....	.....
22150	...	.....	.....	24888	...	.....	.....
				24903	...	.....	.....
				24910	...	.....	.....

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)
24940	...	.....	.....
24970	...	.....	.....
25080	...	.....	.....
25090	...	.....	.....
25120	...	.....	.....
25150	...	.....	.....
25180	...	.....	.....
25210	...	.....	.....
25240	...	.....	.....
25270	...	.....	.....
25360	-	.....	.....
25380	-	.....	.....
25385	...	.....	.....
25420	...	.....	.....
25450	...	.....	.....
25510	...	.....	.....
25540	...	.....	.....
25550	...	.....	.....
25600	...	.....	.....
25840	...	.....	.....
25900	...	.....	.....
25910	...	.....	.....
25927	...	.....	.....
25960	...	.....	.....
26050	...	.....	.....
26110	...	.....	.....
26140	...	.....	.....
26155	...	.....	.....
26170	...	.....	.....
26305	000078-08-0	Viniltrióxissilano	LME = 0,05 mg/kg. A utilizar unicamente como agente de tratamento de superfície.
26320	...	.....	.....
26360	...	.....	.....

## ANEXO II

## Secção A

[...]

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)
30000	...	.....	.....
30045	...	.....	.....
30080	...	.....	.....
30140	...	.....	.....
30280	...	.....	.....
30295	...	.....	.....
30340	(Revogado.)	.....	.....
30370	-	.....	.....
30401	-	.....	.....
30610	-	.....	.....
30612	-	.....	.....
30960	-	.....	.....
31328	-	.....	.....
31530	...	.....	.....
31542	...	.....	.....
31730	...	.....	.....
33120	-	.....	.....
33350	...	.....	.....
33801	-	.....	.....
34240	-	.....	.....
34281	-	.....	.....
34475	-	.....	.....
34480	-	.....	.....
34560	...	.....	.....
34690	...	.....	.....
34720	...	.....	.....
34850	...	.....	.....

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)
34895	...	.....	.....
35120	...	.....	.....
35160	...	.....	.....
35170	...	.....	.....
35284	...	.....	.....
35320	...	.....	.....
35440	...	.....	.....
35600	...	.....	.....
35840	...	.....	.....
35845	...	.....	.....
36000	...	.....	.....
36080	...	.....	.....
36160	...	.....	.....
36640	...	.....	.....
36840	...	.....	.....
36880	...	.....	.....
36960	...	.....	.....
37040	...	.....	.....
37280	...	.....	.....
37360	...	.....	.....
37600	...	.....	.....
37680	...	.....	.....
37840	...	.....	.....
38080	...	.....	.....
38160	...	.....	.....
38510	...	.....	.....
38515	...	.....	.....
38810	...	.....	.....
38840	...	.....	.....
38875	002162-74-5	Bis(2,6-diisopropilfenil)carbodiimida.	LME = 0,05 mg/kg. A utilizar por detrás de uma camada PET.
38879	...	.....	.....
38885	...	.....	.....
38950	...	.....	.....
39200	...	.....	.....
39680	...	.....	.....
39815	...	.....	.....
39890	...	.....	.....
39925	...	.....	.....
40120	...	.....	.....
40320	...	.....	.....
40400	...	.....	.....
40570	...	.....	.....
40580	...	.....	.....
41040	...	.....	.....
41120	...	.....	.....
41280	...	.....	.....
41520	...	.....	.....
41600	...	.....	.....
41680	...	.....	.....
41760	...	.....	.....
41840	...	.....	.....
41960	...	.....	.....
42080	...	.....	.....
42160	...	.....	.....
42320	...	.....	.....
42500	-	.....	.....
42640	...	.....	.....
42720	...	.....	.....
42800	...	.....	.....
42880	...	.....	.....
42960	...	.....	.....
43200	-	.....	.....
43280	...	.....	.....
43300	...	.....	.....
43360	...	.....	.....
43440	...	.....	.....
43480	...	.....	.....
43515	-	.....	.....
44160	...	.....	.....
44640	...	.....	.....
45195	...	.....	.....
45200	...	.....	.....
45280	-	.....	.....

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações	Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)
45450	...	.....	.....	56495	-	.....	
45560	...	.....	.....	56500	-	.....	
45600	...	.....	.....	56510	-	.....	
45640	...	.....	.....	56520	-	.....	
45703	491589-22-1	Cis-1,2-ciclohexanodicarboxilato de cálcio.	LME = 5 mg/kg.	56535	-	.....	
45705	...	.....	.....	56540	-	.....	
45760	...	.....	.....	56550	-	.....	
45920	...	.....	.....	56570	-	.....	
45940	...	.....	.....	56580	-	.....	
46070	...	.....	.....	56585	-	.....	
46080	...	.....	.....	56610	...	.....	
46375	...	.....	.....	56720	...	.....	
46380	...	.....	.....	56800	...	.....	
46480	...	.....	.....	56880	...	.....	
46700	-	.....	.....	57040	-	.....	
46720	...	.....	.....	57120	-	.....	
46790	...	.....	.....	57200	...	.....	
46800	...	.....	.....	57280	-	.....	
46870	...	.....	.....	57600	-	.....	
46880	...	.....	.....	57680	-	.....	
47210	...	.....	.....	57800	...	.....	
47440	...	.....	.....	57920	...	.....	
47540	...	.....	.....	58300	-	.....	
47680	...	.....	.....	58320	-	.....	
48460	...	.....	.....	58400	...	.....	
48620	...	.....	.....	58480	...	.....	
48720	...	.....	.....	58720	...	.....	
48960	-	Ácido 9,10-dihidroxiestearico e seus oligómeros.	LME = 5 mg/kg.	59280	...	.....	
49485	...	.....	.....	59360	...	.....	
49540	...	.....	.....	59760	...	.....	
51200	...	.....	.....	59990	...	.....	
51700	...	.....	.....	60025	-	Homopolímeros e ou co-polímeros hidroge-	Em conformidade com as especificações estabelecidas no anexo IV. Não utilizar para objectos em contacto com alimentos gordos.
51760	...	.....	.....			nados produzi-	
52640	...	.....	.....			dos a partir de	
52645	...	.....	.....	60030	...	1-deceno e ou	
52720	...	.....	.....	60080	...	1-dodeceno e	
52730	...	.....	.....	60160	...	ou 1-octeno.	
52800	...	.....	.....	60180	...		
53270	...	.....	.....	60200	...		
53280	...	.....	.....	60240	...		
53360	...	.....	.....	60480	...		
53440	...	.....	.....	60560	...		
53520	...	.....	.....	60880	...		
53600	...	.....	.....	61120	...		
53610	...	.....	.....	61390	...		
53650	...	.....	.....	61680	...		
54005	...	.....	.....	61800	...		
54260	...	.....	.....	61840	...		
54270	-	.....	.....	62020	...		
54280	-	.....	.....	62140	...		
54300	...	.....	.....	62240	...		
54450	-	.....	.....	62245	...		
54480	-	.....	.....	62280	009044-17-1	Co-polímero isobutileno-buteno.	
54930	...	.....	.....				
55040	...	.....	.....	62450	...		
55120	...	.....	.....	62640	...		
55190	...	.....	.....	62720	...		
55440	...	.....	.....	62800	-		
55520	-	.....	.....	62960	...		
55600	-	.....	.....	63040	...		
55680	...	.....	.....	63280	...		
55910	736150-63-3	Acetatos de monoglicéridos de óleo de ricino hydrogenado.		63760	...		
55920	...	.....	.....	63840	...		
56020	...	.....	.....	63920	...		
56360	-	.....	.....	64015	...		
56486	-	.....	.....	64150	...		
56487	-	.....	.....	64500	-		
56490	-	.....	.....	64640	...		
				64720	...		
				64800	...		
				64990	...		

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações	Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)
65020	...	.....		76845	...	.....	
65040	...	.....		76866	-	.....	
65520	...	.....		76960	...	.....	
65920	...	.....		77370	...	.....	
66200	...	.....		77600	...	.....	
66240	...	.....		77702	-	.....	
66560	...	.....		77732	-	Polietilenoglicol	LME = 0,05 mg/kg.
66580	...	.....				(EO = 1-30,	A utilizar apenas em
66640	...	.....				tipicamente 5),	PET.
66695	-	.....				éter de butil-2-	
66700	...	.....				-ciano-(4-hidro-	
66755	...	.....				xi-3-metoxife-	
66905	...	.....				nil)acrilato.	
66930	...	.....		77733	-	Polietilenoglicol	LME = 0,05 mg/kg.
67120	...	.....				(EO = 1-30, tipi-	A utilizar apenas em
67155	-	.....				camente 5), éter	PET.
67180	-	.....				de butil-2-cia-	
67200	...	.....				no-3-(4-hidroxi-	
67840	-	.....				fenil)acrilato.	
67850	...	.....		77895	...	.....	
67891	...	.....		77897	-	Polietilenoglicol	LME = 5 mg/kg.
68040	...	.....				(EO = 1-50),	
68078	...	.....				éteres monoal-	
68125	...	.....				quílicos (linea-	
68145	...	.....				res e ramifica-	
68960	...	.....				dos, C8-C20)	
69040	...	.....				sulfato, sais.	
69760	...	.....		79040	...	.....	
69920	...	.....		79120	...	.....	
70000	...	.....		79200	...	.....	
70240	...	.....		79280	...	.....	
70400	...	.....		79360	...	.....	
70480	000111-06-8	Palmitato de bu-		79440	...	.....	
		tulo.		79600	...	.....	
71020	...	.....		79920	...	.....	
71440	...	.....		80000	...	.....	
71600	...	.....		80240	...	.....	
71635	...	.....		80640	-	.....	
71670	...	.....		80720	...	.....	
71680	...	.....		80800	...	.....	
71720	...	.....		81060	...	.....	
71960	...	.....		81220	...	.....	
72640	...	.....		81500	...	.....	
73160	-	.....		81515	...	.....	
73720	...	.....		81520	...	.....	
74010	...	.....		81600	...	.....	
74240	...	.....		81760	-	.....	
74480	...	.....		81840	...	.....	
74560	...	.....		81882	...	.....	
74640	...	.....		82000	...	.....	
74880	...	.....		82080	...	.....	
75100	...	.....		82240	...	.....	
75105	...	.....		82400	...	.....	
76320	...	.....		82560	...	.....	
76415	...	.....		82720	...	.....	
76463	-	Ácido poliacrílico,	LME(T) = 6 mg/kg				
		sais.	(36) (para o ácido				
			acrílico).				
76721	...	.....		82800	...	.....	
76723	167883-16-1	Polidimetilsiloxano,	Em conformidade com				
		com terminação	as especificações es-				
		3-aminopropilo,	tabelecidas no anexo				
		polímero com	IV.				
		diciclo-hexilme-					
		tano-4,4'-diiso-					
		cianato.					
76725	661476-41-1	Polidimetilsiloxano,	Em conformidade com				
		com termina-	as especificações es-				
		ção 3-aminopro-	tabelecidas no anexo				
		pilo, polímero	IV.				
		com 1-isocian-					
		to-3-iso-cianto-					
		metil-3,5,5-tri-					
		metilciclo-hexano.					
76730	-	.....		84000	...	.....	
76815	-	.....		84080	...	.....	
				84210	...	.....	
				84240	...	.....	
				84320	...	.....	
				84400	...	.....	
				84560	...	.....	

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)
84640	...	.....	.....
85360	.....	.....	.....
85601	-	.....	.....
85610	-	.....	.....
85680	.....	.....	.....
85840	.....	.....	.....
86000	-	.....	.....
86160	.....	.....	.....
86240	.....	.....	.....
86285	-	.....	.....
86560	.....	.....	.....
86720	.....	.....	.....
87040	.....	.....	.....
87200	.....	.....	.....
87280	.....	.....	.....
87520	.....	.....	.....
87600	.....	.....	.....
87680	.....	.....	.....
87760	.....	.....	.....
87840	.....	.....	.....
87920	.....	.....	.....
88080	.....	.....	.....
88160	.....	.....	.....
88240	.....	.....	.....
88320	.....	.....	.....
88600	.....	.....	.....
88640	.....	.....	.....
88800	.....	.....	.....
88880	.....	.....	.....
88960	.....	.....	.....
89040	.....	.....	.....
89120	000123-95-5	Estearato de butilo.	.....
89200	.....	.....	.....
89440	-	.....	.....
90720	.....	.....	.....
90800	.....	.....	.....
90960	.....	.....	.....
91200	.....	.....	.....
91360	.....	.....	.....
91840	.....	.....	.....
91920	.....	.....	.....
92030	.....	.....	.....
92080	.....	.....	.....
92150	.....	.....	.....
92160	.....	.....	.....
92195	-	.....	.....
92205	.....	.....	.....
92350	.....	.....	.....
92640	.....	.....	.....
92700	.....	.....	.....
92930	.....	.....	.....
93440	.....	.....	.....
93520	.....	.....	.....
93680	.....	.....	.....
93720	.....	.....	.....
93760	.....	.....	.....
94320	.....	.....	.....
94960	.....	.....	.....
95000	.....	.....	.....
95020	.....	.....	.....
95200	.....	.....	.....
95270	.....	.....	.....
95420	.....	.....	.....
95725	.....	.....	.....
95855	.....	.....	.....
95858	-	Ceras, parafínicas, refinadas, derivadas de hidrocarbonetos petrolíferos ou sintéticos.	LME = 0,05 mg/kg e em conformidade com as especificações estabelecidas no anexo iv. Não utilizar para objectos em contacto com alimentos gordos.
95859	-	.....	.....
95883	-	.....	.....

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)
95905	.....	.....	.....
95920	-	.....	.....
95935	.....	.....	.....
96190	.....	.....	.....
96240	.....	.....	.....
96320	.....	.....	.....

**Secção B**

[...]

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)
30180	.....	.....	.....
31500	.....	.....	.....
31520	.....	.....	.....
31920	.....	.....	.....
34130	-	Dimetilaminas alquílicas lineares com número par de átomos de carbono (C12-C20).	LME = 30 mg/kg.
34230	-	.....	.....
34650	.....	.....	.....
35760	.....	.....	.....
36720	.....	.....	.....
36800	.....	.....	.....
38000	.....	.....	.....
38240	.....	.....	.....
38505	.....	.....	.....
38560	.....	.....	.....
38700	.....	.....	.....
38800	.....	.....	.....
38820	.....	.....	.....
38940	.....	.....	.....
39060	.....	.....	.....
39090	-	.....	.....
39120	-	.....	.....
40000	.....	.....	.....
40020	.....	.....	.....
40160	.....	.....	.....
40720	.....	.....	.....
40800	.....	.....	.....
40980	.....	.....	.....
42000	.....	.....	.....
42400	.....	.....	.....
42480	.....	.....	.....
43600	.....	.....	.....
43680	.....	.....	.....
44960	.....	.....	.....
45440	-	.....	.....
45650	.....	.....	.....
46640	.....	.....	.....
47500	.....	.....	.....
47600	.....	.....	.....
48640	.....	.....	.....
48800	.....	.....	.....
48880	.....	.....	.....
49595	.....	.....	.....
49600	.....	.....	.....
49840	.....	.....	.....
50160	-	.....	.....
50240	.....	.....	.....
50320	.....	.....	.....
50360	-	.....	.....
50400	.....	.....	.....
50480	.....	.....	.....
50560	-	.....	.....
50640	.....	.....	.....
50720	.....	.....	.....
50800	-	.....	.....
50880	-	.....	.....

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)
50960	...	.....	.....
51040	...	.....	.....
51120	-	.....	.....
51570	...	.....	.....
51680	...	.....	.....
52000	...	.....	.....
52320	...	.....	.....
52880	...	.....	.....
53200	...	.....	.....
53670	032509-66-3	Bis[3,3-bis(3-terc-butil-4-hidroxifenil)-butirato] de etilenoglicol.	LME = 6 mg/kg.
54880	...	.....	.....
55200	...	.....	.....
55280	...	.....	.....
55360	...	.....	.....
58960	...	.....	.....
59120	...	.....	.....
59200	...	.....	.....
60320	...	.....	.....
60400	...	.....	.....
60800	...	.....	.....
61280	...	.....	.....
61360	...	.....	.....
61440	...	.....	.....
61600	...	.....	.....
63200	...	.....	.....
64320	...	.....	.....
63940	...	.....	.....
65120	...	.....	.....
65200	...	.....	.....
65280	...	.....	.....
65360	...	.....	.....
65440	-	.....	.....
66350	...	.....	.....
66360	...	.....	.....
66400	...	.....	.....
66480	...	.....	.....
67360	...	.....	.....
67515	...	.....	.....
67520	...	.....	.....
67600	-	.....	.....
67680	...	.....	.....
67760	...	.....	.....
67896	...	.....	.....
68320	...	.....	.....
68400	...	.....	.....
68860	...	.....	.....
69160	...	.....	.....
69840	...	.....	.....
71935	...	.....	.....
72081/10	-	.....	.....
72160	...	.....	.....
72800	...	.....	.....
73040	...	.....	.....
73120	...	.....	.....
74400	-	.....	.....
77440	-	.....	.....
77520	...	.....	.....
78320	...	.....	.....
81200	...	.....	.....
81680	...	.....	.....
82020	...	.....	.....
83595	...	.....	.....
83700	...	.....	.....
84800	...	.....	.....
84880	...	.....	.....
85760	...	.....	.....
85920	...	.....	.....
85950	...	.....	.....
86480	...	.....	.....
86800	...	.....	.....
86880	-	.....	.....
86920	...	.....	.....

Número PM/Ref.	Número CAS	Designação	Restrições e ou especificações
(1)	(2)	(3)	(4)
86960	...	.....	.....
87120	...	.....	.....
89170	...	.....	.....
92000	...	.....	.....
92320	-	.....	.....
92560	...	.....	.....
92800	...	.....	.....
92880	...	.....	.....
93120	...	.....	.....
93280	...	.....	.....
93970	-	.....	.....
94400	...	.....	.....
94560	...	.....	.....
95265	...	.....	.....
95280	...	.....	.....
95360	...	.....	.....
95600	...	.....	.....

## ANEXO IV

[...]

Parte B: [...]

N.º PM/Ref.	Outras especificações
11530	.....
16690	.....
18888	.....
23547	.....
24903	.....
25385	.....
38320	.....
42080	.....
43480	.....
43680	.....
47210	.....
60025	Especificações: - Viscosidade mínima (a 100°C) = 3,8 cSt; - PM médio > 450.
64990	.....
67155	.....
72081/10	.....
76721	.....
76723	Especificações: A fracção com peso molecular inferior a 1 000 não deve exceder 1,5 % m/m.
76725	Especificações: A fracção com peso molecular inferior a 1 000 não deve exceder 1 % m/m.
76815	.....
76845	.....
77895	.....
79600	.....
81500	.....
83595	.....
88640	.....
95858	Especificações: - Peso molecular médio não inferior a 350; - Viscosidade mínima (a 100 °C) = 2,5 cSt; - Teor de hidrocarbonetos com número de carbonos inferior a 25: não mais que 40 % m/m.
95859	.....
95883	.....



1 — [...]

ANEXO V

[...]

- (1) [...]
- (2) [...]
- (3) [...]
- (4) [...]
- (5) [...]
- (6) [...]
- (7) [...]
- (8) [...]
- (9) [...]
- (10) [...]
- (11) [...]
- (12) [...]
- (13) [...]
- (14) [...]
- (15) [...]
- (16) [...]
- (17) [...]
- (18) [...]
- (19) [...]
- (20) [...]
- (21) [...]
- (22) [...]
- (23) [...]
- (24) [...]
- (25) [...]
- (26) [...]
- (27) [...]
- (28) [...]
- (29) [...]
- (30) [...]
- (31) [...]
- (32) [...]
- (33) [...]
- (34) [...]
- (35) [...]
- (36) [...]
- (37) [...]
- (38) [...]
- (39) [...]
- (40) [...]
- (41) [...]
- (42) [...]
- (43) [...]

(44) Neste caso concreto, o LME(T) significa que a restrição não pode ser ultrapassada pelo somatório da migração das substâncias mencionadas com os n.ºs ref.: 19150 e 19180.

ANEXO IX

[...]

N.º ref.	N.º CAS	Designação
31520	...	.....
31530	...	.....
31920	...	.....
34130	-	Dimetilaminas alquílicas lineares com número par de átomos de carbono (C12-C20).
38240	...	.....
38515	...	.....

N.º ref.	N.º CAS	Designação
38560	...	.....
38700	...	.....
38800	...	.....
38810	...	.....
38820	...	.....
38840	...	.....
39060	...	.....
39815	182121-12-6	9,9-Bis(metoximetil)fluoreno.
39925	...	.....
40000	...	.....
40020	...	.....
40800	...	.....
42000	...	.....
45450	...	.....
45705	...	.....
46720	...	.....
47540	...	.....
47600	...	.....
48800	...	.....
48880	...	.....
49485	...	.....
49840	...	.....
51680	...	.....
52320	...	.....
53200	...	.....
53670	032509-66-3	Bis[3,3-bis(3-terc-butil-4-hidroxifenil)-butirato] de etilenoglicol.
54300	...	.....
59120	...	.....
59200	...	.....
60320	...	.....
60400	...	.....
60480	...	.....
61280	...	.....
61360	...	.....
61600	...	.....
66360	...	.....
66400	...	.....
66480	...	.....
66560	...	.....
66580	...	.....
68145	...	.....
68320	...	.....
68400	...	.....
69840	...	.....
71670	...	.....
72081/10	-	.....
72160	...	.....
72800	...	.....
73160	-	.....
74010	...	.....
74400	-	.....
76866	-	.....
77440	-	.....
78320	...	.....
81200	...	.....
83599	...	.....
83700	...	.....
84800	...	.....
92320	-	.....
92560	...	.....
92700	...	.....
92800	...	.....
92880	...	.....
93120	...	.....
93280	...	.....
95270	...	.....
95280	...	.....
95360	...	.....
95600	...	.....

Artigo 6.º

Norma transitória

1 — Até 31 de Dezembro de 2009, os aditivos que não estejam incluídos na lista comunitária incompleta

de aditivos podem continuar a ser utilizados nas condições previstas no artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1935/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Outubro.

2 — A partir de 1 de Janeiro de 2010, só podem ser utilizados no fabrico de materiais e objectos de matéria plástica os aditivos incluídos na lista comunitária, designada lista positiva.

3 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a partir de 1 de Janeiro de 2010, os aditivos ainda não incluídos na lista comunitária, mas incluídos na lista provisória publicada pela Comissão, podem ser utilizados, desde que cumpram as condições previstas no artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1935/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Outubro.

4 — A partir de 7 de Março de 2010, é proibido o fabrico e a importação de materiais e objectos de matéria plástica destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios que não estejam conformes com o presente decreto-lei.

#### Artigo 7.º

##### Norma revogatória

Na secção A do anexo II ao Decreto-Lei n.º 62/2008, de 31 de Março, é revogado o aditivo com a referência n.º 30340, designação «ácido 12-(acetoxi)esteárico, éster 2,3-bis(acetoxi)propílico» e número CAS 330198-91-9.

#### Artigo 8.º

##### Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia 7 de Março de 2009.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de Novembro de 2008. — *Luís Filipe Marques Amado* — *Luís Filipe Marques Amado* — *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia* — *António José de Castro Guerra* — *Ascenso Luís Seixas Simões* — *Ana Maria Teodoro Jorge*.

Promulgado em 15 de Janeiro de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 16 de Janeiro de 2009.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

#### Portaria n.º 135/2009

de 2 de Fevereiro

A Decisão n.º 2004/4/CE, da Comissão, de 22 de Dezembro de 2003, com a última redacção que lhe foi dada pela Decisão n.º 2007/842/CE, da Comissão, de 6 de Dezembro, autoriza os Estados membros a adoptar provisoriamente medidas de emergência contra a propagação de *Pseudomonas solanacearum* (Smith) Smith, no que diz respeito ao Egipto.

Para este efeito, as medidas que implementam a nível nacional o disposto na Decisão n.º 2004/4/CE, da Comissão, de 22 de Dezembro de 2003, e suas alterações, estão previstas na Portaria n.º 1332/2005, de 29 de Dezembro, alterada pelas Portarias n.ºs 1414/2006, de 18 de Dezembro, e 55/2008, de 18 de Janeiro, que estabelece medidas adicio-

nais temporárias de protecção fitossanitária relativamente à importação de batata de consumo originária do Egipto.

Foi, entretanto, publicada a Decisão n.º 2008/857/CE, da Comissão, de 10 de Novembro, que altera a mencionada Decisão n.º 2004/4/CE, da Comissão, de 22 de Dezembro de 2003. Com efeito, nos termos desta decisão, durante a campanha de importação 2007-2008 de batata de consumo originária do Egipto, não foi registada na Comunidade qualquer intercepção da bactéria *Pseudomonas solanacearum* (Smith) Smith, tendo a Comissão Europeia determinado que não existia risco de propagação da bactéria com a entrada na Comunidade, para a campanha de importação 2008-2009 de tubérculos de *Solanum tuberosum* L. provenientes de zonas indemnes do Egipto, desde que estejam satisfeitas determinadas condições expressas na Decisão n.º 2004/4/CE, da Comissão, de 22 de Dezembro de 2003, e na legislação nacional que a implementa.

Neste sentido, aproveita-se a oportunidade para consolidar e actualizar numa única portaria as medidas adicionais temporárias de protecção fitossanitária relativamente à importação de batata de consumo originária do Egipto, revogando-se a Portaria n.º 1332/2005, de 29 de Dezembro, alterada pelas Portarias n.ºs 1414/2006, de 18 de Dezembro, e 55/2008, de 18 de Janeiro.

Salienta-se que tais medidas constituem um complemento daquelas já previstas no regime fitossanitário aprovado pelo Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de Setembro, que cria e define as medidas de protecção fitossanitária destinadas a evitar a introdução e dispersão no território nacional e comunitário, incluindo nas zonas protegidas, de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais qualquer que seja a sua origem ou proveniência.

Assim:

Ao abrigo do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de Setembro, manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º A presente portaria estabelece medidas adicionais temporárias de protecção fitossanitária relativamente à importação de batata de consumo originária do Egipto, de acordo com o disposto nos números seguintes.

2.º Os tubérculos de *Solanum tuberosum* L., com excepção dos destinados à plantação, originários do Egipto, só podem ser introduzidos no território nacional desde que se observem as condições estabelecidas na Decisão n.º 2004/4/CE, da Comissão, de 22 de Dezembro de 2003, com a última redacção que lhe foi dada pela Decisão n.º 2008/857/CE, da Comissão, de 10 de Novembro.

3.º A batata só pode ser introduzida no território nacional através dos portos de Leixões, Lisboa ou Setúbal.

4.º Os operadores económicos interessados na importação desta batata devem participar à Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas, os quantitativos a importar, a data provável da importação da batata, bem como o ponto de entrada da mesma.

5.º Aquando da chegada ao nosso país, a batata é sujeita a inspecção fitossanitária de acordo com o previsto na legislação em vigor.

6.º De cada um dos lotes que constitui a remessa é retirada uma amostra representativa, a qual é submetida a testes laboratoriais oficiais para a detecção da bactéria *Pseudomonas solanacearum* (Smith) Smith.

7.º Cada lote que constitui a remessa fica sobre controlo oficial e não pode ser comercializado ou utilizado até que

seja demonstrado através dos resultados obtidos nos exames oficiais efectuados que a bactéria não foi detectada.

8.º Os custos resultantes da inspecção fitossanitária e dos testes laboratoriais efectuados de acordo com o disposto nos n.ºs 5.º e 6.º são inteiramente suportados pelos respectivos importadores, sendo apurados nos termos previstos no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de Setembro.

9.º Para efeitos de circulação e comercialização da batata importada ao abrigo da presente portaria, a origem da mesma deve constar numa etiqueta aposta em cada embalagem.

10.º São revogadas as Portarias n.ºs 1332/2005, de 29 de Dezembro, 1414/2006, de 18 de Dezembro, e 55/2008, de 18 de Janeiro.

11.º A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Ascenso Luís Seixas Simões*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, em 27 de Janeiro de 2009.

## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

### Portaria n.º 136/2009

de 2 de Fevereiro

Sob proposta dos órgãos legal e estatutariamente competentes do Instituto Politécnico de Setúbal e da sua Escola Superior de Saúde;

Considerando o disposto na Portaria n.º 1383/2008, de 2 de Dezembro;

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 353/99, de 3 de Setembro;

Manda o Governo, pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o seguinte:

1.º

#### Aditamento

No anexo à Portaria n.º 1383/2008, de 2 de Dezembro, que fixou as vagas para a candidatura à matrícula e inscrição, no ano lectivo de 2008-2009, nos cursos de complemento de formação em Enfermagem ministrados em estabelecimentos de ensino superior público, é introduzido o seguinte aditamento:

Instituto Politécnico de Setúbal — Escola Superior de Saúde de Setúbal — 40.

2.º

#### Produção de efeitos

O disposto na presente portaria produz efeitos à data de entrada em vigor da Portaria n.º 1383/2008, de 2 de Dezembro.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*, em 26 de Janeiro de 2009.

### Portaria n.º 137/2009

de 2 de Fevereiro

Sob proposta da Universidade de Évora e da sua Escola Superior de Enfermagem São João de Deus;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 353/99, de 3 de Setembro;

Considerando o disposto no Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem, aprovado pela Portaria n.º 268/2002, de 13 de Março;

Colhido o parecer da comissão técnica para o ensino da enfermagem, nomeada pelo despacho conjunto n.º 291/2003 (2.ª série), de 27 de Março;

Ouvida a Ordem dos Enfermeiros;

Ao abrigo do disposto nos artigos 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 353/99, de 3 de Setembro;

Manda o Governo, pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o seguinte:

1.º

#### Criação

É criado o curso de pós-licenciatura de especialização em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria na Escola Superior de Enfermagem São João de Deus da Universidade de Évora.

2.º

#### Regulamento

O curso rege-se pelo Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem, aprovado pela Portaria n.º 268/2002, de 13 de Março.

3.º

#### Duração

O curso tem a duração de três semestres lectivos.

4.º

#### Plano de estudos

É aprovado o plano de estudos do curso nos termos do anexo à presente portaria.

5.º

#### Número máximo de alunos

1 — O número máximo de novos alunos a admitir anualmente não pode exceder 25.

2 — A frequência global do curso não pode exceder 38 alunos.

6.º

#### Condições de acesso

As condições de acesso ao curso são as fixadas nos termos da lei.

7.º

#### Início de funcionamento do curso

O curso pode iniciar o seu funcionamento a partir do ano lectivo de 2009-2010, inclusive.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*, em 26 de Janeiro de 2009.

## ANEXO

## Universidade de Évora

## Escola Superior de Enfermagem São João de Deus

## Curso de pós-licenciatura de especialização em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria

## QUADRO N.º 1

## 1.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Investigação em Enfermagem II . . . . .	Enf.	Semestral	100	T: 30; TP: 10; OT: 10	3	
Enfermagem de Saúde Infantil . . . . .	Enf.	Semestral	210	T: 80; TP: 10; OT: 15	8	
Enfermagem de Pediatria I . . . . .	Enf.	Semestral	210	T: 80; TP: 10; OT: 15	8	
Psicologia da Criança e do Adolescente I . . . . .	Psic.	Semestral	120	T: 50; OT: 10	5	
Sociologia da Família . . . . .	Soc.	Semestral	80	T: 30; OT: 10	3	
Ética e Deontologia em Enfermagem II . . . . .	Fil./Ét.	Semestral	80	T: 30; OT: 10	3	

## QUADRO N.º 2

## 2.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Gestão em Enfermagem II . . . . .	Gest./Adm.	Semestral	80	T: 20; TP: 10; OT: 10	3	(a)
Enfermagem de Pediatria II . . . . .	Enf.	Semestral	170	T: 60; TP: 10; OT: 15	6	
Psicologia da Criança e do Adolescente II . . . . .	Psic.	Semestral	80	T: 30; OT: 10	3	
Seminário de Opção A: Urgência Pediátrica . . . . .	Enf.	Semestral	150	T: 60; OT: 15	5	
Seminário de Opção B: Neonatologia . . . . .	Enf.	Semestral	150	T: 60; OT: 15	5	
Seminário de Opção C: Doença Crónica . . . . .	Enf.	Semestral	150	T: 60; OT: 15	5	
Ensino Clínico I — Saúde Infantil . . . . .	Enf.	Semestral	350	OT: 175; O: 175	13	

(a) A escolher uma.

## QUADRO N.º 3

## 3.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Ensino Clínico II — Pediatria . . . . .	Enf.	Semestral	390	OT: 145; O: 245	15	
Ensino Clínico III — Área de Opção (A ou B ou C) . . . . .	Enf.	Semestral	390	OT: 145; O: 245	15	

2 — Enf. — Enfermagem, Gest./Adm. — Gestão e Administração, Psic. — Psicologia Infantil e Fil./Ét. — Filosofia e Ética.



---

*I SÉRIE*



Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

Preço deste número (IVA incluído 5%)

**€ 4,60**

---

*Diário da República Electrónico:* Endereço Internet: <http://dre.pt>  
Correio electrónico: [dre@incm.pt](mailto:dre@incm.pt) • Tel.: 21 781 0870 • Fax: 21 394 5750

Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A. Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa